

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas 31 de março de 2022

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

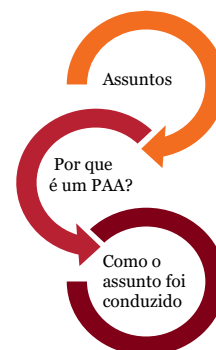
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e suas controladas em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo de ativos biológicos – Notas 2.9 (b) e 12

Os ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos.

A determinação do valor justo menos despesas de venda destes ativos biológicos é uma estimativa contábil crítica, com premissas que consideram dados de mercado e da própria Companhia, principalmente relacionadas à: (i) área plantada, (ii) produtividade do canavial, (iii) quantidade e preço futuro do ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar, (iv) custos de tratamentos culturais, (v) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra); (vi) custos de oportunidade da planta portadora (ativo contributivo) e (vii) taxa de desconto dos fluxos de caixa. Em 31 de março de 2022, o resultado do ajuste a valor justo menos despesas de venda na valorização dos ativos biológicos foi estimado em R\$ 3.580 mil de ganho (2021 - R\$ 24.186 mil de ganho), na Companhia e no Grupo.

Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, uma vez que há significativo julgamento em relação às premissas utilizadas no cálculo do valor justo menos despesas de venda, sendo que alterações dessas premissas podem impactar significativamente os resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia e do Grupo.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela diretoria para a mensuração desses ativos, bem como a análise e testes do modelo utilizado para essa estimativa.

Avaliamos também a razoabilidade da metodologia adotada bem como da coerência lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado e sua consistência em relação ao exercício anterior.

A consistência das informações e as principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado foram testadas mediante comparação com as informações e dados internos da Companhia aprovadas pela diretoria e com dados públicos e/ou de acesso limitado no mercado, bem como testamos as metodologias utilizadas pela diretoria.

Adicionalmente, efetuamos a comparação das premissas utilizadas com os indicadores-chave de monitoramento da diretoria e com dados externos divulgados para o setor sucroalcooleiro.

Também realizamos a comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, bem como efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas utilizadas pela diretoria da Companhia estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, bem como com as informações analisadas em nossa auditoria.



S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 24 de junho de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Demonstrações contábeis

| | |
|---|----|
| Balanço patrimonial | 2 |
| Demonstração do resultado | 4 |
| Demonstração do resultado abrangente..... | 5 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 6 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 7 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras: | |
| 1. Informações sobre a Companhia | 8 |
| 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das políticas contábeis | 13 |
| 3. Caixa e equivalentes de caixa..... | 25 |
| 4. Aplicações financeiras..... | 26 |
| 5. Contas a receber de clientes..... | 26 |
| 6. Estoques..... | 27 |
| 7. Adiantamentos a fornecedores | 27 |
| 8. Tributos a recuperar | 28 |
| 9. Outros direitos | 29 |
| 10. Partes relacionadas..... | 31 |
| 11. Investimentos..... | 35 |
| 12. Ativos biológicos..... | 38 |
| 13. Imobilizado..... | 40 |
| 14. Intangível | 48 |
| 15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar | 48 |
| 16. Fornecedores..... | 50 |
| 17. Empréstimos e financiamentos | 51 |
| 18. Tributos a recolher..... | 54 |
| 19. Adiantamentos de clientes | 55 |
| 20. Provisão para contingências | 55 |
| 21. Patrimônio líquido..... | 58 |
| 22. Receita operacional líquida | 60 |
| 23. Despesas por natureza | 63 |
| 24. Receitas e despesas financeiras..... | 64 |
| 25. Informação por segmento (Consolidado)..... | 64 |
| 26. Outras despesas operacionais, líquidas | 68 |
| 27. Imposto de renda e contribuição social..... | 68 |
| 28. Compromissos e obrigações | 73 |
| 29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos..... | 75 |
| 30. Cobertura de seguros..... | 82 |
| 31. Eventos subsequentes | 83 |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Balço patrimonial em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 665.481 | 321.770 | 676.180 | 349.001 |
| Aplicações financeiras | 4 | 367 | 129.719 | 367 | 129.719 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 95.909 | 84.697 | 96.609 | 86.733 |
| Estoques | 6 | 137.625 | 160.671 | 137.841 | 160.894 |
| Adiantamentos a fornecedores | 7 | 315.365 | 251.998 | 315.365 | 251.998 |
| Ativos biológicos | 12 | 305.243 | 265.137 | 305.243 | 265.137 |
| Tributos a recuperar | 8 | 105.933 | 145.286 | 106.009 | 145.324 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 27 | 42.075 | 19.319 | 42.075 | 19.319 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 28 | | 5.454 | | 5.454 |
| Outros direitos | 9 | 36.884 | 42.620 | 37.082 | 42.620 |
| Total do ativo circulante | | 1.704.882 | 1.426.671 | 1.716.771 | 1.456.199 |
| Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | 7.529 | 12.701 | 7.529 | 12.701 |
| Adiantamentos a fornecedores | 7 | 198.429 | 188.375 | 198.429 | 188.375 |
| Partes relacionadas | 10 | 12.262 | 48.476 | 12.262 | 48.476 |
| Tributos a recuperar | 8 | 637 | 1.312 | 637 | 1.314 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 27 | | 12.180 | | 12.180 |
| Outros direitos | 9 | 3.278.158 | 3.105.036 | 3.278.511 | 3.105.036 |
| Depósitos judiciais | | 2.883 | 1.184 | 2.883 | 1.184 |
| | | 3.499.898 | 3.369.264 | 3.500.251 | 3.369.266 |
| Investimentos | 11 | 49.511 | 40.297 | 26.987 | 23.619 |
| Imobilizado | 13 | 1.641.414 | 1.395.183 | 1.655.992 | 1.407.109 |
| Intangível | 14 | 2.925 | 1.450 | 2.925 | 1.450 |
| Direito de uso | 15 | 1.454.476 | 1.038.710 | 1.454.476 | 1.038.710 |
| Total do ativo não circulante | | 6.648.224 | 5.844.904 | 6.640.631 | 5.840.154 |
| Total do ativo | | 8.353.106 | 7.271.575 | 8.357.402 | 7.296.353 |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Balço patrimonial em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 16 | 184.995 | 250.763 | 186.177 | 250.876 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 787.324 | 997.927 | 800.688 | 1.006.275 |
| Arrendamento a pagar | 15 | 92.771 | 60.277 | 92.771 | 60.277 |
| Parceria agrícola a pagar | 15 | 97.437 | 19.106 | 97.437 | 19.106 |
| Salários e encargos sociais | | 70.520 | 71.175 | 70.716 | 71.350 |
| Tributos a recolher | 18 | 28.143 | 22.300 | 29.563 | 23.319 |
| Impostos de renda e contribuição social a pagar | 27 | | | 175 | 312 |
| Adiantamentos de clientes | 19 | 334.455 | 340.057 | 334.455 | 340.057 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 29 | 21.606 | 8.141 | 22.692 | 8.141 |
| Dividendos propostos | 21 | | 45.235 | | 45.235 |
| Outras obrigações | | 21.367 | 20.527 | 21.372 | 21.244 |
| Total do passivo circulante | | 1.638.618 | 1.835.508 | 1.656.046 | 1.846.192 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 2.518.824 | 2.072.230 | 2.522.157 | 2.088.897 |
| Arrendamento a pagar | 15 | 720.685 | 523.972 | 720.685 | 523.972 |
| Parceria agrícola a pagar | 15 | 477.076 | 301.609 | 477.076 | 301.609 |
| Tributos a recolher | 18 | 146.737 | 127.834 | 146.737 | 127.834 |
| Adiantamentos de clientes | 19 | 81.190 | 47.803 | 81.190 | 47.803 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 27 | 11.693 | | 11.693 | |
| Provisões para contingências | 20 | 92.740 | 119.634 | 92.740 | 119.634 |
| Partes relacionadas | 10 | 16.465 | 13.152 | | 10.579 |
| Outras obrigações | 9 (a) | 416.534 | 407.838 | 416.534 | 407.838 |
| Total do passivo não circulante | | 4.481.944 | 3.614.072 | 4.468.812 | 3.628.166 |
| Total do passivo | | 6.120.562 | 5.449.580 | 6.124.858 | 5.474.358 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Capital social | 21 | 408.845 | 408.845 | 408.845 | 408.845 |
| Ações em tesouraria | | (1.215) | (1.215) | (1.215) | (1.215) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 63.600 | 74.838 | 63.600 | 74.838 |
| Reservas de lucros | | 1.761.314 | 1.339.527 | 1.761.314 | 1.339.527 |
| Total do patrimônio líquido | | 2.232.544 | 1.821.995 | 2.232.544 | 1.821.995 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 8.353.106 | 7.271.575 | 8.357.402 | 7.296.353 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|----|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita operacional líquida | 22 | 2.942.617 | 2.980.381 | 2.987.356 | 3.036.080 |
| Custos dos produtos vendidos | 23 | (2.159.430) | (2.129.120) | (2.167.149) | (2.131.641) |
| Lucro bruto | | 783.187 | 851.261 | 820.207 | 904.439 |
| Despesas com vendas | 23 | (120.905) | (148.309) | (120.905) | (148.309) |
| Despesas gerais e administrativas | 23 | (143.073) | (126.908) | (143.189) | (127.005) |
| Resultado de participação societária | 11 | 31.413 | 48.042 | 3.366 | 2.902 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 26 | (19.213) | (14.999) | (24.267) | (18.587) |
| Lucro operacional | | 531.409 | 609.087 | 535.212 | 613.440 |
| Receitas financeiras | 24 | 718.769 | 567.836 | 739.722 | 568.002 |
| Despesas financeiras | 24 | (832.460) | (946.594) | (855.030) | (948.960) |
| Resultado financeiro | | (113.691) | (378.758) | (115.308) | (380.958) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 417.718 | 230.329 | 419.904 | 232.482 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 27 | 23.430 | | 21.244 | (2.153) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 27 | (23.873) | 109.590 | (23.873) | 109.590 |
| | | (443) | 109.590 | (2.629) | 107.437 |
| Lucro líquido do exercício | | 417.275 | 339.919 | 417.275 | 339.919 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação | | 298,05 | 242,80 | 298,05 | 242,80 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)



| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Lucro líquido do exercício | 417.275 | 339.919 | 417.275 | 339.919 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u>417.275</u> | <u>339.919</u> | <u>417.275</u> | <u>339.919</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de reais)



| Controladora e Consolidado | | | | | | | | | | |
|--|--------|----------------|---------------------|--------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-------------------|-----------|
| | | | Reservas de lucros | | | | | | | |
| | Nota | Capital social | Ações em tesouraria | Legal | Reserva de retenção de lucros | Reserva de lucros a deliberar | Reserva de incentivos fiscais | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
| Em 31 de março de 2020 | | 408.845 | (1.215) | 26.561 | 709.390 | 203.038 | 65.480 | 88.279 | | 1.500.378 |
| Reversão de dividendos mínimos obrigatórios | 21 (d) | | | | 26.933 | | | | | 26.933 |
| Realização de custo atribuído | 21 (b) | | | | | | | (13.441) | 13.441 | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | 339.919 | 339.919 |
| Destinação do lucro | | | | | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | 21 (d) | | | 16.915 | | | | | (16.915) | |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | 21 (d) | | | | | | 74.973 | | (74.973) | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 21 (d) | | | | | | | | (45.235) | (45.235) |
| Retenção de lucros | 21 (d) | | | | | 216.237 | | | (216.237) | |
| Em 31 de março de 2021 | | 408.845 | (1.215) | 43.476 | 736.323 | 419.275 | 140.453 | 74.838 | | 1.821.995 |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais de exercícios anteriores | 21 (d) | | | | (93.882) | | 93.882 | | | |
| Reversão de dividendos mínimos obrigatórios | 21 (d) | | | | 45.234 | | | | | 45.234 |
| Realização de custo atribuído | 21 (b) | | | | | | | (11.238) | 11.238 | |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | 417.275 | 417.275 |
| Destinação do lucro | | | | | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | 21 (d) | | | 20.864 | | | | | (20.864) | |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | 21 (d) | | | | | | 58.820 | | (58.820) | |
| Dividendos distribuídos | 21 (d) | | | | | | | | (51.960) | (51.960) |
| Retenção de lucros | 21 (d) | | | | | 296.869 | | | (296.869) | |
| Em 31 de março de 2022 | | 408.845 | (1.215) | 64.340 | 687.675 | 716.144 | 293.155 | 63.600 | | 2.232.544 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 417.718 | 230.329 | 419.903 | 232.482 |
| Ajustes: | | | | | |
| Encargos financeiros e variações cambiais, líquidas | | (243.048) | 152.409 | (240.168) | 151.194 |
| Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas | | 159.433 | 129.121 | 159.433 | 129.121 |
| Resultado da equivalência patrimonial | 11 | (31.413) | (48.042) | (3.928) | (2.902) |
| Depreciação do direito de uso | 23 | 157.576 | 106.399 | 157.576 | 106.399 |
| Depreciação e amortização (exceto planta portadora) | 23 | 267.740 | 315.814 | 271.140 | 319.498 |
| Variação do valor justo dos ativos biológicos | 12 | (3.580) | (24.186) | (3.580) | (24.186) |
| Constituição (reversão) de provisão para contingências | 20 | (26.894) | 30.174 | (26.894) | 30.174 |
| Constituição provisão para perdas nos estoques e contas a receber | | 13.892 | 13.564 | 13.892 | 13.564 |
| Valor residual das baixas do ativo imobilizado/lavoura | 26 | 15.108 | 1.391 | 15.108 | 1.391 |
| | | 726.532 | 906.972 | 762.482 | 956.734 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (10.753) | (14.887) | (9.418) | (15.416) |
| Estoques | | 21.374 | (63.659) | 21.381 | (63.696) |
| Adiantamentos a fornecedores | | (85.702) | (67.005) | (85.702) | (67.005) |
| Ativos biológicos | 12 | 117.209 | 174.021 | 117.209 | 174.021 |
| Tributos a recuperar | | 40.702 | 2.929 | 40.723 | 2.968 |
| Depósitos judiciais | | (1.699) | 36 | (1.699) | 36 |
| Outros direitos | | 32.538 | (13.537) | 32.538 | (13.537) |
| Fornecedores | | (65.768) | 103.231 | (65.027) | 103.196 |
| Salários e encargos sociais | | (655) | 2.051 | (634) | 2.223 |
| Tributos a recolher | | 24.746 | 28.358 | 25.106 | 28.416 |
| Adiantamentos de clientes | | 64.167 | 117.699 | 64.167 | 117.699 |
| Outras obrigações | | 9.535 | (12.297) | 9.910 | (11.514) |
| Caixa gerado nas operações | | 872.226 | 1.163.912 | 911.036 | 1.214.126 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | | (2.281) | (1.954) |
| Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos | 17 | (247.136) | (226.855) | (249.720) | (227.736) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 625.090 | 937.058 | 659.035 | 984.436 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Aplicações financeiras | | 131.260 | 48.079 | 131.260 | 48.079 |
| Adições ao ativo imobilizado e intangível | 13 e 14 | (684.961) | (409.244) | (691.013) | (413.706) |
| Dividendos antecipados ou recebidos | | 22.200 | 46.904 | | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (531.501) | (314.261) | (559.753) | (365.627) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 17 | 2.904.720 | 517.150 | 2.904.720 | 542.150 |
| Amortização de principal de empréstimos e financiamentos | 17 | (2.387.690) | (961.821) | (2.396.023) | (961.821) |
| Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2)) | 15 | (254.339) | (289.863) | (254.339) | (289.863) |
| Captação/amortização de mútuo com partes relacionadas | | (12.569) | 6.372 | (26.461) | 10.296 |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos | | 250.122 | (728.162) | 227.897 | (699.238) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido | | 343.711 | (105.365) | 327.179 | (80.429) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 321.770 | 427.135 | 349.001 | 429.430 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 665.481 | 321.770 | 676.180 | 349.001 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações sobre a Companhia

a) Objeto social

A S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de fevereiro de 1925, com matriz no município de Coruripe, Estado de Alagoas. A Companhia e suas subsidiárias (em conjunto denominadas o "Grupo" ou "Consolidado") (Nota 2.2), tem como objeto social: a) exploração industrial da cana-de-açúcar e seus derivados industriais; b) importação e exportação de produtos relacionados às suas atividades, inclusive como comercial exportadora; c) o desenvolvimento de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), destinado à geração e comercialização de reduções certificadas de emissões (RCEs) e/ou reduções verificadas de emissões (RVEs); d) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape, sanitizantes álcool em gel e todos os derivados oriundos de cogeração de energia elétrica; e) a exploração de outras atividades afins; g) participação no capital de outras empresas, mesmo que de setores econômicos; h) geradora de créditos de descarbonização (Cbios).

A Companhia e o Grupo contam com um terminal rododiferroviário em Fernandópolis, São Paulo, e dois escritórios administrativos, um em Maceió (AL) e outro em São Paulo (SP). A Companhia e o Grupo possuem cinco unidades industriais, sendo uma no Estado de Alagoas, no município de Coruripe, e quatro no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Campo Florido, Carneirinho, Iturama e Limeira do Oeste, que processaram 11.933 mil toneladas de cana-de-açúcar na safra 2021/2022 (14.630 mil toneladas na safra 2020/2021).

O período anual de safra no Nordeste inicia-se em setembro e termina em março, enquanto no Sudeste inicia-se em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia e do Grupo, uma vez que, aproximadamente, 28% (safra 2020/2021: 22%) da produção se localiza no Nordeste e 72% (safra 2020/2021: 78%) no Sudeste. Na safra 2021/2022, 33,7% (safra 2020/2021: 33,4%) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos foram provenientes de lavouras próprias e de parcerias agrícolas, incluindo parcerias com acionistas e empresas ligadas e 66,3% (safra 2020/2021: 66,6%) de fornecedores terceiros. As receitas da Companhia e do Grupo não estão sujeitas a flutuações sazonais, uma vez que os produtos acabados produzidos durante o período de safra são armazenados para serem vendidos durante todo o ano.

b) Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária integral da holding Coruripe Holding S.A.

Durante a safra 2021/2022, a Companhia manteve o foco na reestruturação da estrutura de capital, políticas de segurança, investimentos em expansão de áreas agrícolas e novos produtos. A Companhia também vem dando uma ênfase cada vez maior na estrutura e controle de custos, inovação tecnológica, transformação digital, políticas ambientais visando uma competitividade e eficiência operacional cada vez melhor. Os investimentos continuam focados na recuperação do canavial, projetos de irrigação, eficiência operacional, produção de energia e novos produtos. A Companhia adquiriu, em agosto de 2021, ativos da antiga "Usina Corol", no Estado do Paraná, os quais, após desmontados, foram transportados para as unidades de Minas Gerais para utilização na expansão do parque industrial.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na safra 2021/2022, aproximadamente 60,7% da moagem foi destinada para a produção de açúcar (4,7% cristal e 56,0% VHP), e demais 39,3% da moagem foi destinado para a produção de etanol. Na safra 2020/2021, o mix de moagem realizado foi de 58,3% para a produção de açúcar e de 41,7% para a produção de etanol nesse mesmo período.

Riscos climáticos

Na safra 2021/2022, a Companhia e o Grupo enfrentaram um período de seca com déficit hídrico abaixo da média histórica, que reduziu a produtividade das lavouras de cana-de-açúcar no Estado de Minas Gerais. Os efeitos da seca já estão reconhecidos no cálculo dos ativos biológicos em 31 de março de 2022. Considerando que a região possui excelentes condições de reserva hídrica, cercada por dois grandes rios e riachos que favorecem a atividade e desenvolvimento de projetos de irrigação durante a cultura da cana-de-açúcar temporada, a Companhia e o Grupo têm aumentado os investimentos em equipamentos de irrigação.

Além disso a Companhia e o Grupo não registraram impactos significativos relacionados a geadas nas lavouras de cana-de-açúcar durante a safra atual; apenas um efeito brando desse fenômeno climático foi visto em algumas áreas da região onde estão localizadas as lavouras de cana-de-açúcar.

A redução estimada na produção em função do déficit hídrico tem sido compensada pelo aumento dos preços dos produtos, principalmente pelo desempenho dos preços do etanol e do açúcar, entre os adoçantes, especialmente o açúcar granulado no mercado interno.

O cultivo da cana-de-açúcar em terras próprias, de terceiro e de fornecedores está exposto a fatores climáticos como a deficiência hídrica por falta de chuvas, vendavais, granizo e mudanças bruscas de temperatura com possibilidade de geadas leves em algumas regiões de produção, são fatores de atenção pelo potencial de impacto na produção. Na avaliação da diretoria, os impactos de riscos climáticos nos resultados da Companhia são mitigados pela localização estratégica de suas unidades industriais e canaviais em dois Estados diferentes, e que compreendem três polos distintos de produção, sendo um polo de produção localizado no Estado de Alagoas com investimentos expressivos em irrigação, e dois polos no Estado de Minas Gerais em regiões independentes com características climáticas próprias com grande potencial hídrico para irrigação.

COVID-19 - Outros efeitos

A pandemia de Coronavírus exigiu uma resposta rápida da Companhia e do Grupo para proteger a saúde e o bem-estar de suas comunidades em geral e de seus funcionários em particular, tomando medidas para preservar os fatores econômicos, operacionais e de consumo para mitigar possíveis efeitos negativos na Companhia e operações do Grupo. As medidas foram imediatamente implementadas seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A Companhia e o Grupo instituíram um Comitê de Saúde destinado a desenvolver medidas em resposta à pandemia Covid-19; ter implantado um sistema de controle dos períodos de quarentena e da situação de vacinação dos funcionários; implementaram medidas de prevenção como medição de temperatura, testes, uso de máscaras faciais, desinfetantes e limpeza constante de espaços públicos, restrição de reuniões presenciais entre outras medidas adotadas em resposta à pandemia. O apoio foi prestado por equipes próprias de médicos e enfermeiras nas unidades, foram abertos novos canais de comunicação com as equipes médicas com fornecimento de medicamentos e tratamentos gratuitos oferecidos a todos os colaboradores. Além disso, todo o pessoal administrativo foi instruído a trabalhar a partir de casa. Não houve grande interrupção das atividades da Companhia ou do Grupo

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em fazendas ou indústrias durante o ano, a Companhia iniciou o processo de retorno dos trabalhos em seus escritórios administrativos a partir de novembro de 2021, devido ao aumento expressivo de casos da variante Ômicron da Covid-19 logo após o retorno, por precaução todo o staff administrativo retornou ao trabalho na modalidade home office. Em fevereiro de 2022, com os índices da variante em queda e praticamente 100% dos colaboradores cronograma de vacinação completa contra a Covid-19, os escritórios e equipes administrativas retornaram ao trabalho presencial.

Os negócios da Companhia e do Grupo estão operando sem interrupções, tanto no nível agrícola quanto na indústria.

Os possíveis impactos da COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos realizados na preparação destas demonstrações contábeis. Efeitos podem surgir com relação ao valor justo de ativos biológicos, de instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e do teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis, a diretoria da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura para os próximos doze meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2022 decorrentes dos possíveis impactos da COVID-19.

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Companhia e o Grupo não experimentaram quaisquer interrupções significativas em sua cadeia de abastecimento, pois seus fornecedores também realizam atividades essenciais e continuaram a operar. Da mesma forma, os clientes da Companhia e do Grupo continuaram em sua maioria a operar durante a pandemia. Como a Companhia e o Grupo atuam nos mercados de açúcar e etanol, têm encontrado um aumento na demanda por seus produtos e esperam que isso continue. No geral, o impacto nos negócios e resultados da Companhia e do Grupo foram positivos.

A Companhia e o Grupo continuam a seguir as várias políticas e instruções governamentais, ao mesmo tempo em que conclui que não foram registrados impactos potenciais da pandemia Covid-19 nos canais de transporte e abastecimento e não espera por impactos futuros que possam surgir, especialmente em relação à disponibilidade de frete internacional e seus custos, não foi constatada nenhuma alteração material nos negócios da Companhia ou do Grupo, de acordo com o conhecimento da diretoria. A Companhia vem monitorando os desdobramentos e não registrou casos graves da doença entre seus colaboradores nos últimos meses e tem visto números otimistas em relação à redução da Covid-19 no Brasil.

c) Reestruturação financeira

Em 31 de março de 2022, o balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 66.264 na Controladora e R\$ 60.725 no Consolidado, ante uma posição negativa em 31 de março de 2021, nos montantes de R\$ 408.837 e R\$ 389.993, na Controladora e no Consolidado, respectivamente. A reversão da posição negativa do capital circulante líquido para positiva deve-se a uma série de ações na reestruturação da dívida e estrutura de capital da Companhia e do Grupo.

No decorrer da safra encerrada em 31 de março de 2022, o Grupo concluiu quatro captações estratégicas de longo prazo para a reestruturação da dívida: emissão de CDCA, emissão Bonds no mercado de capitais no exterior, emissão de debêntures incentivadas no mercado de capitais nacional; e captação alongada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio

Em 13 de julho de 2021, a Companhia emitiu CDCA no valor de R\$ 22.800. A operação no mercado de capitais foi realizada com base na instrução CVM 476 e teve, teve como operador líder a Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e como escrituradora, agente fiduciário e banco liquidante a Planner Corretora de Valores S/A.

A operação é de longo prazo, com pagamentos em 8 parcelas com vencimentos mensais de maio a dezembro de 2023, com a amortização na proporção de 12,5%, 14,29%, 16,67%, 20%, 25%, 33,33%, 50% e 100% do saldo existente, respectivamente, nos meses de vencimento. A taxa de juros é de CDI + 5% a.a.

Emissão de dívida no mercado internacional

Em 20 de outubro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o estabelecimento de uma subsidiária da Companhia na Holanda, bem como aprovou a captação de dívida através dessa nova entidade de até US\$ 400 milhões. Esta nova empresa, denominada Coruripe Netherland B.V., foi legalmente constituída em 21 de outubro de 2021, como uma subsidiária integral da Companhia com um capital social de \$1 EURO.

Em 7 de fevereiro de 2022, a Companhia precificou através da sua subsidiária na Holanda, Coruripe Netherland BV, US\$ 300 milhões em uma operação "05 Non-Call 3 Senior Secured Bond", formato 144A/Regs. A operação de emissão de Bonds foi liderada pelos bancos Morgan Stanley, Itaú BBA, BTG Pactual e Citigroup com participação também da XP Investimentos e Santander como "joint bookrunner" da operação, contando com a participação de investidores nacionais e internacionais, coordenado pelos bancos e executivos da Companhia. Os roadshows realizados atraíram um número expressivo de investidores, e marcaram a estreia da Companhia no mercado de capitais no exterior.

Essa nova dívida tem fluxo de pagamento em 5 anos, com pagamento de principal em parcela única com vencimento em fevereiro de 2027 e pagamento de juros semestrais com vencimentos em fevereiro e agosto de cada ano, com taxa de juros de 10% a.a. A Companhia fez hedge de 100% do valor do principal com a contratação de swap, trocando a exposição cambial do dólar por um percentual de 52% do CDI a ser calculado dentro de um intervalo de cotação do câmbio negociado pela Companhia.

Debênture Incentivada

Em 19 de março de 2022, a companhia precificou uma operação de Debênture Incentivada de Infraestrutura no valor de R\$100 milhões nos termos da lei 12.431/11 e instrução CVM 476, a oferta pública contou com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda como agente fiduciário e contou com o apoio do banco BOCON BBM que atuou na estruturação da operação e distribuição do papel.

A transação é de longo prazo com duração de 6 anos, com 3 anos de carência para o pagamento de principal. O pagamento de principal será em parcelas iguais e semestrais a partir do 36º mês, e o pagamento de juros será semestral sem carência com vencimento em agosto e fevereiro de cada ano com taxa de juros de IPCA + 10,08% a.a. a operação tem como garantias contratos de açúcar, etanol e energia "a performar".

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 30 de março de 2022, a Companhia também concluiu uma operação junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$193 milhões nos termos da lei 10.931/2004. O aporte integra uma linha do BNDES ligado ao programa federal de incentivo aos bicomcombustíveis "Renovabio".

A operação é de longo prazo com duração de 7 anos, e com 2 anos de carência para o pagamento de principal. A amortização do principal será em 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas com vencimento da primeira parcela em 15 de maio de 2024 e a última em 15 de maio de 2029. O pagamento de juros é trimestral para o período compreendido entre a emissão da dívida e 15 de abril de 2024, com vencimento no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A partir de 15 de maio de 2024, os pagamentos dos juros passam a ser mensais juntamente com o vencimento do principal até findar o contrato da dívida. A taxa de juros é Selic + Spread do BNDES de 3,01% a.a. O spread de juros da operação está atrelado ao fator da emissão original de Cbios pela Companhia (1,780630E-03 (tCO₂e/l) e poderá sofrer redução 0,1 a 0,4 p.p (um a quatro décimos de pontos percentuais), caso a Companhia consiga melhorar o fator de emissão de Cbios. Para a redução máxima de 0,4 p.p a melhora do fator de emissão de Cbios dever ser igual ou superior a 5%.

Essas captações permitiram a continuidade da reestruturação da estrutura da dívida iniciada no período findo em 31 de março de 2021, quando a Companhia, com o objetivo de estabilizar o seu capital circulante líquido, iniciou uma reestruturação do perfil da dívida e renegociou um novo cronograma de pagamentos para aproximadamente R\$ 1,7 bilhão de dívidas com oito bancos sindicalizados.

Naquele momento, a negociação contribuiu para ajustar parcialmente o fluxo de amortizações à estrutura de financiamento do Grupo, porém a negociação não foi o suficiente para reverter a posição negativa do capital circulante líquido naquele período. Em fevereiro de 2022, após a captação bem-sucedida da operação de *Bonds* no mercado de capitais, a Companhia pré-pagou 100% do saldo da dívida sindicalizada de, aproximadamente, R\$1,5 bilhão. A liquidação da referida dívida reduziu sensivelmente a dívida de curto prazo, e combinado com as demais captações, reduziu a pressão sobre o caixa do Grupo, que encerrou o exercício findo em 31 de março de 2022 com uma posição de caixa robusta na ordem de R\$ 676 milhões.

Como resultado dos investimentos na operação, ganhos de eficiência, gestão de ativos e aproveitamento de oportunidades de mercado, o Grupo capturou uma melhora sensível nos preços de açúcar, etanol e energia e manteve as receitas estáveis com ligeira queda de 1,6% na receita líquida na safra 2021/2022 em relação à safra 2020/2021, mesmo com uma redução de 17,3% no volume de moagem ocasionados pelas adversidades climáticas ocorridas na safra.

A reestruturação alterou sensivelmente o perfil do endividamento da Companhia e o cronograma de amortização, a maturação da dívida passou para 3 anos e 3 meses, concentrada em 64% no mercado de capitais, 12% em linhas com bancos comerciais e 24% em bancos de fomento e tradings em 31 de março de 2022 (31 de março de 2021 – maturação da dívida de 2 anos e 4 meses, 23% no mercado de capitais, 59% em bancos comerciais e 18% em bancos e fomento e tradings).

Em 18 de fevereiro de 2022, a agência de classificação de riscos Moody's local, divulgou relatório em que atribuiu uma nova avaliação do risco de crédito para a Usina Coruripe. A Companhia obteve um avanço importante: subiu de categoria ("B" para "BB"), com uma elevação de três "notches" ("Bf.br" para "BBf.br") e mudança de perspectiva (de "Estável" para "Positiva").

Na data de aprovação dessas demonstrações contábeis, o Grupo possui linhas de crédito de aproximadamente R\$ 2.000.000 a disposição para negociação somente das taxas de juros. Desse total, o montante de R\$ 800.000 está com negociações mais avançadas, as quais são consideradas estratégicas pela diretoria para estabilizar a posição de capital de giro nos próximos 12 meses. Considerando a expectativa de geração de caixa operacional nesse próximo exercício social, as linhas de crédito disponíveis somente serão utilizadas à medida que se fizerem necessárias.

d) Conflito internacional entre Rússia e Ucrânia

Em 24 fevereiro de 2022, foi iniciada guerra entre Rússia e Ucrânia. As sanções e embargos econômicos feitos por outros países à Rússia e Belarus podem, futuramente, afetar a cadeia de suprimentos da Companhia, uma vez que Rússia e Belarus constam entre os principais países fornecedores de fertilizantes NPK: nitrogenados (N), fosfatados (P) e de potássio (K), sendo o Brasil altamente dependente de importações desses países. Os fertilizantes correspondem a cerca de 5,5% dos custos dos produtos vendidos pela Companhia.

Tais embargos tem gerado também a elevação do preço do petróleo no mercado internacional, o que afeta diretamente no aumento dos custos com óleo diesel, que corresponde a cerca de 3,7% dos custos dos produtos vendidos da Companhia, assim como gera impactos sobre os custos logísticos. O referido aumento, paralelamente, deverá gerar aumento no preço da gasolina e, por consequência, dos preços de venda do etanol pela Companhia.

A Companhia vem minimizando possíveis impactos e negociou antecipadamente 60% da categoria de fertilizantes com os preços fixados, grande parte já no estoque ou em processo de entrega, 40% para atender o segundo semestre da safra 2022/23 estão em processo de negociação. A Companhia também tem avaliado antecipadamente o uso de insumos alternativos e iniciativas mitigatórias como vinhaça enriquecida e outros, caso a situação da guerra e dos embargos sejam agravados nos próximos meses, até a data da emissão dessas demonstrações contábeis, a Companhia não tem sofrido impactos na cadeia de suprimentos da linha de corretivos e herbicidas.

2. **Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das políticas contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o custo atribuído de edificações, outros imóveis, máquinas e equipamentos industriais na data de transição para os CPC, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: os instrumentos financeiros derivativos e os ativos biológicos mensurados pelo valor justo através do resultado.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da diretoria para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão descritos na Nota 2.9.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e pelo Grupo estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, e as demais políticas contábeis estão descritas a seguir.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

O exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e se finda em 31 de março do ano seguinte.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRS IC"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2021, descritas na Nota 2.

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2022 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração, que representam a governança da Companhia, em 15 de junho de 2022.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão também em conformidade com IFRS emitido pelo IASB. Essas demonstrações contábeis individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão também em conformidade com IFRS emitido pelo IASB.

2.2. Base de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos consolidados nas demonstrações contábeis, em 31 de março de 2022 e de 2021, incluem as seguintes empresas controladas:

| | <u>País</u> | <u>% de participação</u> |
|-------------------------------|-------------|--------------------------|
| Participação direta: | | |
| Coruripe Energética S.A. | Brasil | 100% |
| Camaçari Energética S.A. | Brasil | 100% |
| Coruripe Netherland B.V. (ii) | Holanda | 100% |
| Usina Corurema Ltda. | Brasil | 50% |
| Participação indireta: | | |
| Usina Corurema Ltda. (i) | Brasil | 50% |

(i) Participação indireta por meio da Coruripe Energética S.A.

(ii) Consolidada a partir de 21 de outubro de 2021.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e o Grupo atuam (moeda funcional). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e do Grupo.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia e o Grupo reconhecem inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia e o Grupo determinam a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia e o Grupo são beneficiários das seguintes subvenções e assistências governamentais.

ICMS

Crédito presumido - Alagoas

A Companhia, na sua unidade industrial de Coruripe (AL), assinou junto a Secretaria de Fazenda por meio do Decreto nº 59.991, de 27 de julho de 2018, do Governo do Estado de Alagoas, uma nova regulamentação para a tomada de crédito presumido. Em um esforço conjunto entre as usinas do Estado de Alagoas, o governo estadual aprovou o novo decreto igualando os benefícios do Estado de Alagoas aos benefícios concedidos pelo Estado de Pernambuco, a mudança permite as usinas do Estado de Alagoas a recuperação da competitividade no mercado de açúcar e álcool na região nordeste, o decreto prevê os seguintes benefícios fiscais:

- Crédito presumido de ICMS de 7% sobre as vendas de açúcar cristal dentro do Estado de Alagoas;
- Crédito presumido de ICMS de 9% sobre as vendas de açúcar cristal para fora do Estado de Alagoas;
- Crédito presumido de ICMS de 6% sobre as exportações de açúcar VHP;
- Crédito presumido de ICMS de 12% sobre as vendas de etanol hidratado para dentro e para fora do Estado de Alagoas;
- Crédito presumido de ICMS de 0% sobre as vendas de etanol anidro para dentro e para fora do Estado de Alagoas, bem como sobre o total de vendas dos demais produtos;
- Crédito de reintegra de 0,1% sobre o valor total das exportações.

O decreto ainda prevê que o saldo de créditos acumulados nas safras encerradas em 31 de agosto no Estado de Alagoas, poderá ser utilizado até o final da safra seguinte, o saldo remanescente após esse período deverá ser estornado por força do decreto. No exercício encerrado em 31 de março de 2021, a Companhia estornou R\$ 7.933 de Crédito Presumido de ICMS não utilizados, correspondentes a safra encerrada em 31 de agosto de 2019.

Crédito presumido – Minas Gerais

Nas unidades industriais localizadas no estado de Minas Gerais, a Companhia e o Grupo possuem, segundo o Artigo 75, Inciso XXXII RICMS/02 MG, crédito presumido de ICMS no valor de 2,5% sobre as vendas de produtos derivados da cana-de-açúcar conforme abaixo:

- Etanol e açúcar, em operações internas, interestaduais e de exportação; e
- Energia elétrica produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar, em operações internas.

Em 23 de outubro de 2018, foi assinado um protocolo de intenções, de um lado, o Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes, a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP e pelas instituições da administração indireta do Estado de MG, o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER, e do outro lado: a Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais – SIAMIG.

O presente protocolo de intenções, tem por objetivo viabilizar a manutenção e a realização de novos investimentos, através do melhoramento da infraestrutura do estado, por empresas do setor sucroenergético de Minas Gerais, assim considerada aderente aos termos do protocolo, empresas detentoras de regime especial. As empresas aderentes ao protocolo se comprometem a investir em obras de rodoviárias e outras obras de interesse público que contribuam para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e que serão submetidas para a aprovação do DEER e SETOP ou órgão estadual competente, o percentual de 0,4% sobre o faturamento anual, tendo-se por base o exercício financeiro imediatamente anterior. Com a adesão ao protocolo de intenções, o crédito presumido efetivo de ICMS das empresas do setor sucroenergético de 2,5% sobre o faturamento foi estendido até 31/12/2028 e consolidado por meio do depósito no Confaz do incentivo pelo Estado de Minas Gerais, como contrapartida as empresas sucroenergéticas investirão 0,4% em estradas e obras que beneficiam o ente público.

Incentivo SUDENE

Em 28 de novembro de 2019, a Companhia e o Grupo obtiveram por meio do ofício nº 4054/2019/SIBF/Sudene, expedido pelo Ministério/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a aprovação do laudo constitutivo nº 155/2019 que concedeu benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração. O benefício foi concedido para a unidade Matriz sediada na Cidade de Coruripe no Estado de AL. O período de fruição é de 10 anos com início de vigência em 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2028.

2.5. Instrumentos financeiros

A Companhia e o Grupo adotam o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e o Grupo possuem os seguintes principais ativos financeiros:

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e o Grupo gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e o Grupo possuem como ativos financeiros classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos (Nota 28), relacionados substancialmente a contratos a termo de preços de açúcar e dólar.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e o Grupo mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. A Companhia e o Grupo possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3);
- Aplicações financeiras (Nota 4)
- Contas a receber de clientes (Nota 5);
- Outros direitos (Nota 9);
- Partes relacionadas (Nota 10); e
- Depósitos judiciais;

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

b) Passivos financeiros

A Companhia e o Grupo apresentam os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Fornecedores (Nota 16);
- Empréstimos e financiamentos (Nota 17);
- Arrendamentos a pagar (Nota 15);
- Parceria agrícola a pagar (Nota 15);
- Partes relacionadas (Nota 10); e
- Outras obrigações.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e o Grupo utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

2.6. Arrendamentos

O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola são contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Na data de transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados por taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a realidade econômica da Companhia e do Grupo; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A mensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada anualmente, com base na variação do índice com metodologia do Consecana-SP calculado sobre a comercialização da Companhia e do Grupo aplicados no polo de Iturama e do polo de Campo Florido. Para o polo de Alagoas, o índice adotado pela Companhia é o Sindaçúcar – AL.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses, os quais foram julgados imateriais pela diretoria. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

Adicionalmente, a Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19.

2.7. Ações em tesouraria

Representado por ações próprias adquiridas junto a antigos acionistas e mantidas em tesouraria. São reconhecidas ao custo de aquisição classificadas como um item redutor do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra e venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

2.8. Questões ambientais

Os parques industriais e as atividades relacionadas às plantações da Companhia estão sujeita à regulamentação ambiental. A Companhia e o Grupo reduzem os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. Com base nas leis e normas vigentes no Brasil, a diretoria da Companhia e do Grupo acreditam que, atualmente, não é necessária nenhuma provisão para perdas referentes a questões ambientais.

2.9. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir.

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, a Companhia e o Grupo avaliam os indicadores e, se necessário, testa eventuais perdas (*impairment*) nos seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela diretoria.

b) Ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 12). Os efeitos de variação a valor justo entre os períodos são alocados diretamente ao custo dos produtos vendidos.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e o Grupo reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados somente na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro.

Adicionalmente, a Companhia e o Grupo reconhecem tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscais futuras.

e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A diretoria estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

f) Provisão para contingências

A Companhia e o Grupo são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

g) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

2.10. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.11. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Companhia e do Grupo.

2.12. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021:

- **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a:
 - (i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente a base anterior.
 - (ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.
- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que os empréstimos atrelados a IBOR ou relações de hedge de taxa de juros não sofreram alterações, bem como a Companhia não utilizou benefícios relacionados à Covid-19 em contratos de arrendamento.

2.13. Pronunciamentos contábeis que ainda não entraram em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso,

o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação em exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência em exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.
 - Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021, o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações do IAS 1 tem vigência em exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.
 - Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações do IAS 1 tem vigência em exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações do IAS 1 tem vigência em exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem aos valores de caixa, em depósitos bancários, no Brasil e no exterior, em aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos e com insignificante risco de mudança de valor.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Caixa | 405 | 66 | 405 | 66 |
| Bancos conta movimento | | | | |
| No país | 107.903 | 60.783 | 117.191 | 88.014 |
| No exterior | 134.014 | 88.915 | 134.014 | 88.915 |
| Aplicações financeiras | 423.159 | 172.006 | 424.571 | 172.006 |
| | <u>665.481</u> | <u>321.770</u> | <u>676.180</u> | <u>349.001</u> |

Em 31 de março de 2022, as contas bancárias e as aplicações financeiras de alta liquidez classificadas como equivalentes de caixa eram mantidas em instituições financeiras de primeira linha, de baixo risco de crédito e eram representadas, preponderantemente, por aplicações em operações compromissadas, vinculadas ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), e aplicações em Debênture de resgate imediato, ambas as aplicações com taxas de remuneração anual de 80% a 107% do CDI (2021 – 80% a 105% do CDI). Essas aplicações financeiras têm vencimento original inferior a três meses e atendem aos requisitos do CPC 03 para a classificação como equivalentes de caixa.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fundos de investimentos - FID | | 90.018 | | 90.018 |
| Operações compromissadas | 7.293 | 5.564 | 7.293 | 5.564 |
| Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA | | 17.771 | | 17.771 |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 236 | 28.700 | 236 | 28.700 |
| Outras aplicações | 367 | 367 | 367 | 367 |
| | 7.896 | 142.420 | 7.896 | 142.420 |
| Circulante | (367) | (129.719) | (367) | (129.719) |
| Não circulante | 7.529 | 12.701 | 7.529 | 12.701 |

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados preponderantemente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e títulos de capitalização, com taxas de remuneração anual que, em 31 de março de 2022, variam de 90% a 107% do CDI (2021 - 80% a 105% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|--------------|--------|--------|-------------|--------|--------|
| | 2022 | 2021 | 2020 | 2022 | 2021 | 2020 |
| No país | 61.183 | 78.662 | 52.784 | 61.884 | 80.698 | 54.295 |
| No exterior | 35.167 | 6.885 | 19.677 | 35.167 | 6.885 | 19.677 |
| | 96.350 | 85.547 | 72.461 | 97.051 | 87.583 | 73.972 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (442) | (850) | (462) | (442) | (850) | (462) |
| | 95.909 | 84.697 | 71.999 | 96.609 | 86.733 | 73.510 |

A composição de contas a receber por idade de vencimento é demonstrada a seguir:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|----------------------|--------------|--------|--------|-------------|--------|--------|
| | 2022 | 2021 | 2020 | 2022 | 2021 | 2020 |
| A vencer | 87.758 | 84.008 | 66.926 | 88.459 | 86.044 | 68.437 |
| Vencidos: | | | | | | |
| Entre 1 e 30 dias | 1.441 | 3 | 4.662 | 1.441 | 3 | 4.662 |
| Entre 31 e 90 dias | 6.701 | 681 | 310 | 6.701 | 681 | 310 |
| Entre 91 e 120 dias | 8 | 4 | 72 | 8 | 4 | 72 |
| Entre 121 e 180 dias | | 1 | 26 | | 1 | 26 |
| Há mais de 180 dias | 442 | 850 | 465 | 442 | 850 | 465 |
| | 96.350 | 85.547 | 72.461 | 97.051 | 87.583 | 73.972 |

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foram estimadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são consideradas suficientes para diretoria da Companhia para cobrir as eventuais perdas sobre os valores a receber.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, a diretoria efetuou análise detalhada da expectativa de perda futura sobre contas a receber e concluiu que a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de março de 2022 é suficiente para fazer frente a essas perdas esperadas, inclusive no cenário de pandemia decorrente da COVID-19.

6. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

Os Cbios emitidos são classificados nos estoques, mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial, por se tratar de subvenção governamental, e mensurados subsequentemente pelo valor realizável líquido. Em 31 de março de 2022 e de 2021, a Companhia e o Grupo não possuem estoques de Cbios emitidos e não comercializados.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Produtos acabados: | | | | |
| Açúcar | 17.360 | 27.050 | 17.360 | 27.050 |
| Etanol | 14.762 | 24.148 | 14.762 | 24.148 |
| Melaço | 293 | 1.818 | 293 | 1.818 |
| Almoxarifado | 113.734 | 114.508 | 113.950 | 114.832 |
| | 146.149 | 167.524 | 146.365 | 167.848 |
| (-) Provisão para perdas nos estoques | (8.525) | (6.853) | (8.525) | (6.954) |
| | 137.625 | 160.671 | 137.841 | 160.894 |

- (i) Os itens de almoxarifado estão relacionados principalmente a produtos agroquímicos, insumos industriais, itens de reparo e manutenção.

7. Adiantamentos a fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Adiantamento a fornecedores de cana | 571.782 | 486.080 | 571.782 | 486.080 |
| (-) Provisão para perdas com adiantamentos | (57.988) | (45.707) | (57.988) | (45.707) |
| | 513.794 | 440.373 | 513.794 | 440.373 |
| Circulante | (315.365) | (251.998) | (315.365) | (251.998) |
| Não circulante | 198.429 | 188.375 | 198.429 | 188.375 |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia firmou contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros. Os contratos usualmente são firmados para um prazo de até sete ciclos de cana-de-açúcar. Em 31 de março de 2022, o saldo de adiantamentos a fornecedores de cana equivale a aproximadamente 4.282 toneladas de cana-de-açúcar (31 de março de 2021 - 4.960 toneladas), o que corresponde a 28,5% da capacidade produtiva anual da Companhia (31 de março de 2021 - 33,1%).

Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar referem-se a pré-pagamentos que serão abatidos das contas a pagar originadas com a entrega da cana-de-açúcar pelo fornecedor em cada safra.

No exercício findo em 31 de março de 2022, a provisão para perdas aumentou em R\$ 12.281 em função de fatores climáticos que podem afetar a produção e a capacidade de entrega dos fornecedores de cana-de-açúcar.

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------------|----------------------------|--------|
| | 2022 | 2021 |
| Saldo no início do exercício | 45.707 | 11.539 |
| Novas provisões | 12.281 | 34.168 |
| Em 31 de março | 57.988 | 45.707 |

8. Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | 47.715 | 66.957 | 47.715 | 66.957 |
| PIS - Programa de Integração Social | 3.136 | 13.428 | 3.136 | 13.428 |
| IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados | 11.628 | 11.932 | 11.628 | 11.932 |
| ICMS normal - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | 40.214 | 44.283 | 40.214 | 44.283 |
| ICMS sobre ativo fixo - CIAP | 1.746 | 2.560 | 1.748 | 2.587 |
| Outros | 2.131 | 7.438 | 2.205 | 7.452 |
| | 106.570 | 146.598 | 106.646 | 146.639 |
| Circulante | (105.933) | (145.286) | (106.009) | (145.324) |
| Não circulante | 637 | 1.312 | 637 | 1.314 |

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| 2022 | | 998 | | 1.000 |
| 2023 | 420 | 270 | 420 | 270 |
| 2024 | 132 | 44 | 132 | 44 |
| 2025 em diante | 85 | | 85 | |
| | <u>637</u> | <u>1.312</u> | <u>637</u> | <u>1.314</u> |

9. Outros direitos

| | Nota | Controladora e Consolidado | |
|---|------|----------------------------|------------------|
| | | 2022 | 2021 |
| Créditos indenizatórios - IAA | (a) | 3.266.934 | 3.081.083 |
| Contas a receber pela venda de lavouras | (b) | 32.179 | 26.247 |
| Adiantamentos a colaboradores | | 8.618 | 6.947 |
| Outros créditos | | 7.310 | 33.379 |
| | | <u>3.315.042</u> | <u>3.147.656</u> |
| Circulante | | (36.884) | (42.620) |
| Não circulante | | <u>3.278.158</u> | <u>3.105.036</u> |

(a) Ações Ordinárias de Indenização por Perdas e Danos contra a UNIÃO - IAA 4870

A Companhia possui reconhecido crédito no montante de R\$ 3.266.934 (31 de março de 2021 - R\$ 3.081.083), correspondente ao valor estimado de realização de duas Ações Ordinárias de Indenização por Perdas e Danos contra a União Federal, as quais transitaram em julgado favoravelmente à Companhia. Nas referidas ações, a Companhia pleiteia o direito de obter indenização de todos os prejuízos, diretos e indiretos, decorrentes da fixação, pelo Instituto do Açúcar e Álcool, do preço do açúcar e do etanol abaixo dos custos de produção, incidente sobre a comercialização desses produtos do período compreendido entre março de 1985 e junho de 1992.

Em ambas as ações, foram proferidas decisões em última instância, reconhecendo o direito da Companhia às indenizações. Após o trânsito em julgado, a União Federal ajuizou Ações Rescisórias visando reverter o julgamento definitivo. Contudo, essas ações rescisórias foram julgadas em sentido favorável à Companhia em 23 de fevereiro de 2012 e 27 de novembro de 2013, concluindo-se assim, que o direito pleiteado foi reconhecido e não pode ser modificado.

Paralelamente às ações rescisórias, a Companhia iniciou a execução dos títulos judiciais (registrados sob nº 0031661-46.2002.4.01.3400 e nº 2008.34.00.022504-0), anexando suas memórias de cálculo e requerendo a expedição dos precatórios. Vale ressaltar que não houve impugnação por parte da União Federal dos valores apresentados nas respectivas petições de Execução do Título Judicial, apenas impugnação no que tange a necessidade da liquidação por artigos.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 4 de fevereiro de 2021, a Corte Especial do TRF1 (Tribunal Regional Federal) se reuniu para apreciar o agravo interno da União que contestava o cálculo da indenização objeto transitado em julgado. A União em seu agravo alegou haver divergência jurisprudencial com o entendimento do STJ firmado em sede de recurso repetitivo (Resp. n. 1.347.136/DF). O tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo interno da União. A decisão abordou as principais teses defendidas pela Companhia, tanto no sentido de afastar o prejuízo contábil como critério para a apuração do “*quantum debeatur*”; quanto no sentido de reafirmar que a decisão que negou seguimento ao recurso especial. Os consultores legais da Companhia entendem que a decisão está em plena consonância com o entendimento estampado no repetitivo do STJ (Resp. 1.347.136/DF - Matary), de maneira que o prognóstico de admissão do Recurso da União é remoto.

Após o tribunal negar provimento ao agravo, a União Federal manejou embargos executórios. No entendimento dos consultores legais da Companhia, o trânsito em julgado da ação de conhecimento, bem como da sua respectiva ação rescisória, sedimentou-se coisa julgada soberana sobre a condenação do ente público, e a União busca revisitar decisão acobertada pelo manto da coisa julgada. O agravo da União foi incluso na pauta de julgamento do Tribunal para do dia 2 de junho de 2022 e foi rejeitado por unanimidade pela Corte Especial.

Com base no estágio das ações, no exercício findo em 31 de março de 2015, a Companhia procedeu à avaliação do valor presente dos créditos decorrentes dessas ações e procedeu com o seu registro contábil. Os valores foram determinados considerando o provável fluxo de caixa advindo das referidas ações com base nas seguintes principais premissas na data do cálculo:

- (i) valor de face dos créditos calculado e periciado na data da mensuração ao valor justo: R\$ 2.836.471;
- (ii) fluxo de caixa futuro da ação, considerando a correção do IPCA-E e juros do processo, de acordo com a remuneração determinada para ações judiciais;
- (iii) estimativa de prazo para a emissão dos precatórios, considerada a partir de janeiro de 2023 com o pagamento em 10 anos, com base na avaliação dos assessores jurídicos, considerando o estágio das ações;
- (iv) taxa de desconto estimada em 6,03% equivalente a remuneração do Governo Federal para a Nota do Tesouro Nacional tipo B (NTN-B) com prazos de vencimento similar e spread equivalente ao risco da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, data base da referida avaliação, a Companhia determinou o valor futuro dos fluxos de caixa esperados dessas duas Ações Ordinárias em R\$ 4.759.236 ao final de 15 anos (dezembro de 2018 a janeiro de 2032) e, assim, registrou em seu balanço os referidos créditos ajustados a valor presente, no montante de R\$ 2.700.662.

Em 16 de dezembro de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 23/2021), que altera a Constituição Federal e o ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios. A Companhia avaliou o tema junto a seus assessores jurídicos e entende que a referida Emenda não produz impactos relevantes no valor do fluxo de caixa estimado para o recebimento desse crédito.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 185.851 relativos à realização do ajuste a valor presente (2021 - R\$ 175.278), sendo todos os valores reconhecidos como receitas financeiras no período.

A Companhia reconhece provisão para recolhimento de PIS e Cofins diferidos sobre as receitas financeiras registradas a partir de 1º de julho de 2015, calculados às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, no montante de R\$ 112.064 em 31 de março de 2022 (2021 - R\$ 103.422). Essas provisões de impostos estão registradas como Outras despesas operacionais (Nota 26) na Demonstração do Resultado do Exercício. A Companhia mantém registrado imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 481.118 em 31 de março de 2022 (Em 31 de março de 2021 - R\$ 454.093), determinados à alíquota de 15,25% para o Imposto de Renda e Contribuição Social, e calculados sobre o montante total do crédito considerando o benefício fiscal do lucro na exploração.

Adicionalmente, a Companhia reconhece ainda provisão para pagamento de honorários advocatícios devidos no êxito das referidas ações, calculadas considerando os contratos firmados com os respectivos escritórios de advocacia responsáveis pelas ações. Em 31 de março de 2022, o valor dessa provisão é R\$ 416.534 (2021 - R\$ 392.838), registrada no passivo não circulante em “Outras contas a pagar”. A provisão para honorários advocatícios está registrada como Outras despesas operacionais (Nota 26) na Demonstração do Resultado do Exercício.

Esses créditos indenizatórios foram cedidos em garantia da operação de captação de recursos pela controlada Coruripe Netherland (Nota 1 (c)).

(b) Créditos pela venda de lavouras.

Em 31 de março de 2022, o saldo refere-se a valores a receber pela venda de cana soca em Iturama, reconhecidos pelo seu valor justo (valor presente) e o saldo será recebido nas próximas duas safras.

10. Partes relacionadas

Controle

A Companhia é controlada pela Coruripe Holding S.A. O Grupo Tercio Wanderley refere-se ao conjunto das três holdings familiares que atuam juntas conforme o Acordo de Acionistas e que possuem o controle conjunto da Coruripe Holding S.A.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O organograma societário do Grupo Tércio Wanderley, ao qual a Companhia pertence, está assim demonstrado:



Remuneração do pessoal - chave da administração

A remuneração total paga aos administradores (que inclui os conselheiros e diretores) totalizou R\$ 15.381 e R\$ 15.910 nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e de 2021, respectivamente.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui os seguintes saldos mantidos com partes relacionadas:

| | Relacionamento | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|---------------------------------------|--------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | | | | | |
| | Coruripe Energética S.A. | Controlada | 101 | 101 | | |
| Não circulante | | | | | | |
| Mútuo | | | | | | |
| | Coruripe Holding S.A. | Controladora | (a) | 48.476 | | 48.476 |
| | CVW Energética Ltda | Sob controle comum | (a) | 12.262 | 12.262 | |
| Total do ativo | | | 12.262 | 48.476 | 12.262 | 48.476 |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Fornecedores | | | | | | |
| | CTC - Centro de Tecnologia Canavieira | Coligada | 202 | 172 | | |
| | Parceria agrícola a pagar | | | | | |
| | GTW Agronegócios S.A. | Sob controle comum | (b) | 26.432 | 26.432 | 10.354 |
| | | | | 26.634 | 26.432 | 10.354 |
| Não circulante | | | | | | |
| | Parceria agrícola a pagar | | | | | |
| | GTW Agronegócios S.A. | Sob controle comum | (b) | 486.906 | 486.906 | 376.124 |
| Partes relacionadas | | | | | | |
| | Coruripe Energética S.A. | Controlada | (a) | 16.465 | 2.573 | |
| | CVW Energética Ltda | Sob controle comum | (a) | | 10.579 | 10.579 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | |
| | Coruripe Netherland B.V. | Controlada | (d) | 1.405.453 | | |
| | | | | 1.908.824 | 389.276 | 386.703 |
| Total do passivo | | | 1.935.458 | 399.802 | 513.338 | 397.057 |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com condições negociadas entre as partes, conforme segue:

| | Relacionamento | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------------|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita | | | | | | |
| Coruripe Energética S.A. | Controlada | (c) | 2.071 | 2.450 | | |
| | | | <u>2.071</u> | <u>2.450</u> | | |
| Custo | | | | | | |
| Coruripe Energética S.A. | Controlada | (c) | (5.309) | (6.617) | | |
| CTC - Centro de Tecnologia Canaveira | Coligada | | (1.657) | (6.739) | (1.657) | (6.739) |
| | | | <u>(6.966)</u> | <u>(13.356)</u> | <u>(1.657)</u> | <u>(6.739)</u> |
| Outras receitas operacionais | | | | | | |
| Coruripe Energética S.A. | Controlada | (c) | 5.047 | 5.779 | | |
| | | | <u>5.047</u> | <u>5.779</u> | | |
| Receitas financeiras | | | | | | |
| Coruripe Holding S.A. | Controladora | (a) | 3.290 | 3.284 | 3.290 | 3.284 |
| CVW Energética Ltda | Sob controle comum | (a) | 30 | | 30 | |
| | | | <u>3.320</u> | <u>3.284</u> | <u>3.290</u> | <u>3.284</u> |
| Despesas financeiras | | | | | | |
| Coruripe Energética S.A. | Controlada | (a) | (1.105) | (48) | | |
| GTW Agronegócios S.A. | Sob controle comum | (a) | (62.089) | (55.636) | (62.089) | (55.636) |
| Coruripe Netherland B.V. | Controlada | (d) | (19.140) | | | |
| | | | <u>(63.194)</u> | <u>(55.684)</u> | <u>(62.089)</u> | <u>(55.636)</u> |

- (a) A Companhia possui contratos de mútuo firmados com partes relacionadas. O contrato com a Coruripe Energética S.A. tem juros fixos de 5% a.a.; o contrato com a Coruripe Holding S.A. tinha taxa de juros fixa de 7,7% a.a, sendo liquidado ao final do exercício.; e o contrato com a CVW Energética Ltda. teve início em janeiro de 2021 com taxa de juros de CDI (Certificado de Depósito Interbancário) mais 5,5% a.a.
- (b) Esses saldos referem-se aos 32 contratos de parceria de cana firmados com GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tércio Wanderley, em 28 de setembro de 2009, com vigência de 50 anos, podendo ser prorrogados por mútuo acordo entre as partes. Os preços são apurados entre as partes a mercado e reajustados anualmente de acordo com a variação dos índices Açúcar Total Recuperável - ATR, divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool - CONSECANA da localização específica de cada terra arrendada. Os contratos estão no escopo do CPC 06 (R2), os saldos de passivo de curto e longo prazo mais os juros sobre o resultado desses contratos estão apresentados nas tabelas acima.
- (c) A Companhia possui contrato de compra e venda firmado para a venda de bagaço de cana-de-açúcar "in natura" e compra de vapor da Coruripe Energética S.A., vigente até 31 de março de 2023, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes. Os preços foram determinados entre as partes e são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulada do exercício.

- (d) Conforme a nota explicativa 1 (d), em 7 de fevereiro de 2022, a Companhia precificou mediante sua controlada Coruripe Netherland BV, o montante de US\$ 300 milhões em uma operação “05 Non-Call 3 Senior Secured Bond”, formato 144A/Regs. Como resultado dessa operação, a Coruripe Netherland liquidou dívidas em dólar da Companhia com bancos sindicalizados mediante a cessão dos direitos de contratos de PPE (pré-pagamentos de exportação) desses bancos para a Coruripe Netherland. Adicionalmente, foram constituídos novos contratos de PPE entre a Companhia e Coruripe Netherland, transferindo o restante dos recursos captados na operação do Bond para o caixa da Companhia. Os recursos foram utilizados para o pagamento de dívidas em reais com os demais bancos do mesmo sindicato, bem como para a manutenção do fluxo de caixa operacional na Companhia.

Essa operação está sendo apresentada como Empréstimos e financiamentos (Nota 17) nas demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo.

O fluxo de pagamentos dos contratos de PPE firmados entre a Companhia e a sua controlada é idêntico ao fluxo de pagamentos da operação original (Nota 1 (c)).

A Companhia e o Grupo possuem contrato de concessão sem custo para arrendamento do Terminal de Transbordo de Açúcar Fernandópolis/SP, de propriedade das três holdings pessoais que controlam o Grupo Tércio Wanderley (V.W. Participações e Empreendimentos Ltda., R.W. Participações e Empreendimentos Ltda. e S.M. Participações e Empreendimentos Ltda.). O acordo, com prazo de vigência de 20 anos (iniciado em abril de 2009), permite à Companhia e ao Grupo operar, às suas expensas e sem taxas de arrendamento, o terminal rodoferroviário de açúcar localizado em Fernandópolis/SP (entrada de caminhão e saída trem até o Porto de Santos/SP). A diretoria em conjunto com seus controladores está avaliando se este contrato de locação será renovado após 2029 e a diretoria não espera ter impactos materiais em seu fluxo de caixa futuro como consequência da decisão do Grupo.

A Companhia possui contrato de cessão gratuita de alguns bens móveis e áreas da planta industrial da Companhia, na unidade de Iturama, que permanecerá em vigor até dezembro de 2022 e na unidade de Campo Florido, que permanecerá em vigor até dezembro de 2037, que são utilizados como instalações pela Coruripe Energética para execução de seu negócio de geração de energia elétrica renovável.

11. Investimentos

Os saldos de investimentos da Controladora e do Consolidado são apresentados como segue:

| Empresa | Percentual de participação | Controladora | | | | | |
|---|----------------------------|---------------------------------|---------|--------------------------------|--------|--|--------|
| | | Patrimônio líquido da investida | | Valor contábil do investimento | | Resultado com equivalência patrimonial | |
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Coruripe Energética S.A. (i) | 100,00% | 22.244 | 16.678 | 22.244 | 16.678 | 27.766 | 45.140 |
| Coruripe Netherland B.V. (ii) | 100,00% | 281 | | 281 | | 281 | |
| CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. | 3,16% | 822.949 | 714.746 | 26.010 | 22.590 | 3.419 | 2.670 |
| EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda. | 4,40% | 22.171 | 23.379 | 976 | 1.029 | (53) | 232 |
| | | 867.645 | 754.803 | 49.511 | 40.297 | 31.413 | 48.042 |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Empresa | Percentual de participação | Patrimônio líquido da investida | | Valor contábil do investimento | | Resultado com equivalência patrimonial | |
|---|----------------------------|--|----------------|--------------------------------|---------------|--|--------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| | | CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. | 3,16% | 822.949 | 714.746 | 26.010 | 22.590 |
| EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda. | 4,40% | 22.171 | 23.379 | 976 | 1.029 | (53) | 232 |
| | | <u>845.120</u> | <u>738.125</u> | <u>26.987</u> | <u>23.619</u> | <u>3.366</u> | <u>2.902</u> |

A participação no CTC e EMPAT são contabilizados aplicando o método da equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18 (R2), uma vez que a Companhia apresenta influência significativa na administração das referidas investidas. Os administradores da Companhia mantêm um conselheiro no Conselho de Administração dessas investidas com o poder de participar das decisões financeiras e operacionais, mas sem controlar. Esse julgamento tem sido aplicado de forma consistente nos exercícios apresentados.

A Companhia possui controle das empresas: (i) Camaçari Energética S.A., com 100% de participação societária; e (ii) Usina Corurema Ltda., com participação direta de 50% e indireta de 50%, por meio da Coruripe Energética S.A. Essas controladas são entidades pré-operacionais e que tiveram seus projetos suspensos por tempo indeterminado e suas atividades paralisadas, sem apresentar saldos relevantes ou movimentações nos períodos apresentados.

Pelas razões descritas acima, a diretoria da Companhia optou por manter o registro dos investimentos ao valor contábil zero e não proceder com a consolidação desses investimentos.

Informações da controlada: Coruripe Energética S.A.

Balanco patrimonial em 31 de março:

| | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---|---------------|---------------|
| Ativo | | | Passivo | | |
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 10.699 | 27.231 | Fornecedores | 954 | 213 |
| Contas a receber de clientes | 801 | 2.136 | Empréstimos e financiamentos | 13.364 | 8.348 |
| Estoques | 216 | 223 | Salários e encargos sociais | 196 | 175 |
| Tributos a recuperar | 17 | 38 | Tributos a recolher | 1.595 | 1.331 |
| Outros créditos | 1 | | Instrumentos financeiros derivativos | 1.086 | 714 |
| Total do ativo circulante | <u>11.734</u> | <u>29.628</u> | Outras obrigações | 6 | 3 |
| | | | Total do passivo circulante | <u>17.201</u> | <u>10.784</u> |
| Não circulante | | | Passivo não Circulante | | |
| Tributos a recuperar | | 2 | Empréstimos e financiamentos | 3.333 | 16.667 |
| Partes relacionadas | 16.465 | 37.094 | Total do passivo não Circulante | <u>3.333</u> | <u>16.667</u> |
| Imobilizado | 14.578 | 11.926 | Patrimônio líquido | | |
| Total do ativo não circulante | <u>31.043</u> | <u>49.022</u> | Capital social | 11.211 | 11.211 |
| | | | Reservas de lucros | 11.032 | 39.988 |
| Total do ativo | <u>42.777</u> | <u>78.650</u> | Total do patrimônio líquido | <u>22.243</u> | <u>51.199</u> |
| | | | Total do passivo e do patrimônio líquido | <u>42.777</u> | <u>78.650</u> |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de março:

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 52.119 | 64.765 |
| Custo de geração de energia elétrica e vapor | <u>(20.146)</u> | <u>(17.366)</u> |
| Lucro bruto | 31.973 | 47.399 |
| Despesas gerais e administrativas | (116) | (97) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | <u>(7)</u> | <u>2.191</u> |
| Lucro operacional | 31.850 | 49.493 |
| Receitas financeiras | 1.368 | 166 |
| Despesas financeiras | <u>(3.266)</u> | <u>(2.366)</u> |
| Resultado financeiro | <u>(1.899)</u> | <u>(2.200)</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 29.951 | 47.293 |
| Imposto de renda e contribuição social | <u>(2.186)</u> | <u>(2.153)</u> |
| Lucro líquido do período | <u>27.766</u> | <u>45.140</u> |
| Lucro básico e diluído por ação - em R\$ | <u>911,41</u> | <u>1.481,70</u> |

No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia recebeu dividendos no montante de R\$ 22.200 (2021 - R\$ 46.904), referente à controlada Coruripe Energética S.A.

Informações da controlada: Coruripe Netherland B.V.

| | <u>2022</u> | | <u>2022</u> |
|--------------------------------------|------------------|---|------------------|
| Ativo | | Passivo | |
| Circulante | | Circulante | |
| Outros créditos | 256 | Fornecedores | 329 |
| Total do ativo circulante | <u>256</u> | Total do passivo circulante | <u>329</u> |
| | | Passivo não Circulante | |
| Não Circulante | | Partes relacionadas | 1.433.375 |
| Partes relacionadas | 1.433.729 | Total do passivo não Circulante | <u>1.433.375</u> |
| Total do ativo não circulante | <u>1.433.729</u> | Patrimônio líquido | |
| | | Reservas de lucros | 281 |
| | | Total do patrimônio líquido | <u>281</u> |
| Total do ativo | <u>1.433.985</u> | Total do passivo e do patrimônio líquido | <u>1.433.985</u> |

Em 7 de fevereiro de 2022, a Coruripe Netheland BV na Holanda, precificou US\$ 300 milhões em uma operação “05 Non-Call 3 Senior Secured Bond”, formato 144A/Regs. Os recursos da operação foram utilizados para pré-pagar dívidas e para uso como fluxo de caixa operacional da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool. A transferência dos recursos foi realizada através de contratos de PPE (pagamento pré-exportação) a taxa de juros de 10,05% ao ano.

12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol na próxima safra. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A Companhia e o Grupo possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos estados de Minas Gerais e Alagoas. O cultivo de cana-de-açúcar é considerado uma atividade semi perene iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (soqueira) continua no solo. A soqueira (planta portadora) devidamente tratada cresce novamente e sua produção é considerada economicamente viável, em média, entre seis e sete cortes.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas na sistemática do CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês e apurado pela performance de preço dos produtos da Companhia para as unidades de Minas Gerais. Já na unidade de Coruripe a apuração é pela performance do preço do CONSECANA-AL. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As áreas cultivadas representam apenas a cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram e a planta portadora.

A mensuração a valor justo dos ativos biológicos está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparadas por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço do mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e etanol; e
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita/Corte, Carregamento e Transporte (CCT); (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo através do fluxo de caixa descontado:

| | Controladora e Consolidado | | | |
|--|----------------------------|---------|----------|---------|
| | 2022 | | 2021 | |
| | Nordeste | Sudeste | Nordeste | Sudeste |
| Área estimada de colheita (em hectares) | 27.190 | 47.316 | 27.137 | 40.948 |
| Produtividade prevista (em toneladas de cana por hectare) | 74,43 | 66,51 | 73,72 | 79,87 |
| Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Parceria | 134,20 | 133,50 | 135,29 | 134,84 |
| Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Arrendamento | 114,09 | 125,81 | 114,09 | 125,81 |
| Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/kg) | 1,3291 | 0,8868 | 1,0095 | 0,7408 |

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa futuros a serem gerados e traz os correspondentes fluxos descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 10,83% a.a. (2021 - 8,17% a.a.), compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|-----------|
| | 2022 | 2021 |
| Saldo inicial em 1º de abril | 265.137 | 263.612 |
| Aumentos decorrentes de tratamentos culturais | 234.951 | 182.844 |
| Reduções decorrentes da colheita | (320.584) | (321.846) |
| Redução decorrente de venda de lavouras | (915) | (2.040) |
| Depreciação de lavouras (Nota 13) | 123.074 | 118.380 |
| Variação no valor justo | 3.580 | 24.186 |
| Saldo final em 31 de março | 305.243 | 265.137 |

A variação no valor justo dos ativos biológicos é registrada em contrapartida do Custo dos produtos vendidos, conforme nota explicativa 23.

Sensibilidade do valor justo

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia avaliou o impacto do cálculo do valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, considerando o aumento/redução nas seguintes premissas: (i) preço da tonelada de cana de açúcar; e (ii) produtividade da lavoura. As demais premissas foram mantidas constantes. Dessa forma, um aumento ou redução de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar aumentaria ou reduziria o valor justo do ativo biológico em, aproximadamente, R\$ 26.767 referente a produtividade, a mesma variação de 5% (para mais ou para menos) resultaria no aumento ou redução do valor justo em, aproximadamente, R\$ 23.206.

13. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (*deemed cost*), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Quando da adoção inicial dos CPCs, a Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC 27 e seguindo orientação da Interpretação “ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, avaliou suas edificações, máquinas e equipamentos para atribuir um novo custo (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, em que para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

A Companhia e o Grupo realizam as principais atividades de manutenção programadas em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre nos períodos de entressafra descritos na Nota 1 com o objetivo de inspecionar e substituir componentes do ativo imobilizado. Os gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos saldos

| | Taxas médias de depreciação (% a.a.) | Controladora | | | | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|---------------------|-----------------------|------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
| | | 31 de março de 2022 | | | 31 de março de 2021 | | |
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor residual | Custo | Depreciação acumulada | Valor residual |
| Aeronaves | 10% | 2.026 | (1.857) | 169 | 2.026 | (1.655) | 371 |
| Edificações e benfeitorias | 4% | 327.527 | (156.848) | 170.679 | 318.308 | (146.111) | 172.197 |
| Móveis e utensílios | 8% | 23.697 | (17.329) | 6.368 | 21.775 | (15.745) | 6.030 |
| Máquinas e equipamentos | 5% | 1.786.140 | (1.224.375) | 561.765 | 1.582.218 | (1.050.872) | 531.346 |
| Instalações | 4% | 280.426 | (156.721) | 123.705 | 263.666 | (147.737) | 115.929 |
| Implementos agrícolas | 7% | 397.887 | (286.850) | 111.037 | 260.925 | (195.332) | 65.593 |
| Veículos | 20% | 92.212 | (82.637) | 9.575 | 99.361 | (84.814) | 14.547 |
| Equipamentos de informática | 10% | 17.639 | (12.741) | 4.898 | 16.574 | (11.976) | 4.598 |
| Imobilizado em andamento | | 140.999 | | 140.999 | 60.279 | | 60.279 |
| Terrenos e propriedades | | 26.840 | | 26.840 | 26.840 | | 26.840 |
| Lavoura de cana | 14,3% | 751.373 | (265.993) | 485.380 | 538.023 | (140.570) | 397.453 |
| | | <u>3.846.766</u> | <u>(2.205.351)</u> | <u>1.641.414</u> | <u>3.189.995</u> | <u>(1.794.812)</u> | <u>1.395.183</u> |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Taxas médias de depreciação (% a.a.) | Consolidado | | | | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|---------------------|-----------------------|------------------|---------------------|-----------------------|------------------|
| | | 31 de março de 2022 | | | 31 de março de 2021 | | |
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor residual | Custo | Depreciação acumulada | Valor residual |
| Aeronaves | 10% | 2.026 | (1.857) | 169 | 2.026 | (1.655) | 371 |
| Edificações e benfeitorias | 4% | 329.288 | (157.823) | 171.465 | 320.068 | (147.036) | 173.032 |
| Móveis e utensílios | 8% | 23.720 | (17.342) | 6.378 | 21.798 | (15.757) | 6.041 |
| Máquinas e equipamentos | 5% | 1.849.371 | (1.276.005) | 573.366 | 1.639.585 | (1.099.174) | 540.411 |
| Instalações | 4% | 282.077 | (158.088) | 123.989 | 265.317 | (149.078) | 116.239 |
| Implementos agrícolas | 7% | 397.887 | (286.850) | 111.037 | 260.925 | (195.332) | 65.593 |
| Veículos | 20% | 92.212 | (82.637) | 9.575 | 99.361 | (84.814) | 14.547 |
| Equipamentos de informática | 10% | 17.639 | (12.741) | 4.898 | 16.574 | (11.976) | 4.598 |
| Imobilizado em andamento | | 142.895 | | 142.895 | 61.984 | | 61.984 |
| Terrenos e propriedades | | 26.840 | | 26.840 | 26.840 | | 26.840 |
| Lavoura de cana | 14,3% | 751.373 | (265.993) | 485.379 | 538.023 | (140.570) | 397.453 |
| | | <u>3.915.328</u> | <u>(2.259.336)</u> | <u>1.655.992</u> | <u>3.252.501</u> | <u>(1.845.392)</u> | <u>1.407.109</u> |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

| | <u>2021</u> | <u>Adições</u> | <u>Baixas</u> | <u>Depreciação</u> | <u>Transferências</u> | <u>Controladora</u> <u>2022</u> |
|-----------------------------|------------------|----------------|-----------------|--------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Aeronaves | 371 | | | (203) | | 168 |
| Edificações e benfeitorias | 172.197 | 6.731 | | (10.744) | 2.495 | 170.679 |
| Móveis e utensílios | 6.030 | 1.633 | (16) | (1.714) | 436 | 6.369 |
| Máquinas e equipamentos | 531.345 | 181.956 | (676) | (177.354) | 26.492 | 561.763 |
| Instalações | 115.929 | 9.155 | | (10.831) | 9.452 | 123.705 |
| Implementos agrícolas | 65.593 | 137.146 | (19) | (91.710) | 27 | 111.037 |
| Veículos | 14.547 | 287 | | (5.271) | 12 | 9.575 |
| Equipamentos de informática | 4.598 | 600 | (6) | (820) | 526 | 4.898 |
| Imobilizado em andamento | 60.279 | 120.209 | (48) | | (39.441) | 140.999 |
| Terrenos e propriedades | 26.840 | | | | | 26.840 |
| Lavouras de cana | 397.453 | 224.428 | (13.428) | (123.073) | | 485.381 |
| | <u>1.395.183</u> | <u>682.145</u> | <u>(14.193)</u> | <u>(421.720)</u> | | <u>1.641.414</u> |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2020 | Adições | Baixas | Depreciação | Transferências | Controladora 2021 |
|------------------------------|------------------|----------------|----------------|--------------------|-----------------------|------------------------------|
| Aeronaves | 574 | | | (203) | | 371 |
| Edificações e benfeitorias | 176.985 | 1.069 | (98) | (10.488) | 4.729 | 172.197 |
| Móveis e utensílios | 6.343 | 1.281 | (18) | (1.602) | 26 | 6.030 |
| Máquinas e equipamentos | 539.817 | 155.107 | (2.441) | (190.248) | 29.110 | 531.345 |
| Instalações | 108.413 | 9.146 | | (10.519) | 8.889 | 115.929 |
| Implementos agrícolas | 121.114 | 76.122 | (98) | (131.777) | 232 | 65.593 |
| Veículos | 19.384 | 388 | (8) | (5.217) | | 14.547 |
| Equipamentos de informática | 4.083 | 604 | | (780) | 691 | 4.598 |
| Imobilizado em andamento (i) | 83.018 | 20.940 | (2) | | (43.677) | 60.279 |
| Terrenos e propriedades | 19.780 | 7.060 | | | | 26.840 |
| Lavouras de cana (ii) | 376.215 | 146.251 | (6.633) | (118.380) | | 397.453 |
| | <u>1.455.726</u> | <u>417.968</u> | <u>(9.298)</u> | <u>(469.214)</u> | | <u>1.395.183</u> |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | | | | | Consolidado |
|-----------------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2021 | Adições | Baixas | Depreciação | Transferências | 2022 |
| Aeronaves | 371 | | | (203) | | 168 |
| Edificações e benfeitorias | 173.034 | 6.731 | | (10.793) | 2.495 | 171.467 |
| Móveis e utensílios | 6.040 | 1.633 | (16) | (1.716) | 436 | 6.377 |
| Máquinas e equipamentos | 540.410 | 186.737 | (676) | (180.678) | 27.572 | 573.365 |
| Instalações | 116.240 | 9.155 | | (10.857) | 9.452 | 123.990 |
| Implementos agrícolas | 65.593 | 137.146 | (19) | (91.710) | 27 | 111.037 |
| Veículos | 14.547 | 287 | | (5.271) | 12 | 9.575 |
| Equipamentos de informática | 4.596 | 600 | (6) | (820) | 526 | 4.896 |
| Imobilizado em andamento | 61.984 | 121.480 | (48) | | (40.521) | 142.895 |
| Terrenos e propriedades | 26.840 | | | | | 26.840 |
| Lavouras de cana | 397.453 | 224.428 | (13.428) | (123.073) | | 485.381 |
| | <u>1.407.109</u> | <u>688.197</u> | <u>(14.193)</u> | <u>(425.121)</u> | | <u>1.655.992</u> |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | | | | | Consolidado |
|------------------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2020 | Adições | Baixas | Depreciação | Transferências | 2021 |
| Aeronaves | 574 | | | (203) | | 371 |
| Edificações e benfeitorias | 177.870 | 1.069 | (98) | (10.537) | 4.730 | 173.034 |
| Móveis e utensílios | 6.355 | 1.282 | (18) | (1.605) | 26 | 6.040 |
| Máquinas e equipamentos | 549.731 | 157.889 | (2.441) | (193.854) | 29.085 | 540.410 |
| Instalações | 108.749 | 9.146 | | (10.544) | 8.889 | 116.240 |
| Implementos agrícolas | 121.114 | 76.122 | (98) | (131.777) | 232 | 65.593 |
| Veículos | 19.385 | 388 | (8) | (5.218) | | 14.547 |
| Equipamentos de informática | 4.083 | 604 | | (780) | 689 | 4.596 |
| Imobilizado em andamento (i) | 83.018 | 22.619 | (2) | | (43.651) | 61.984 |
| Terrenos e propriedades | 19.780 | 7.060 | | | | 26.840 |
| Lavouras de cana (ii) | 376.215 | 146.251 | (6.633) | (118.380) | | 397.453 |
| | <u>1.466.874</u> | <u>422.430</u> | <u>(9.298)</u> | <u>(472.898)</u> | | <u>1.407.109</u> |

Adições de imobilizado que não afetaram fluxos de caixa

- (i) Em 31 de março de 2022, na Controladora e no Consolidado, o imobilizado em andamento considera efeitos de capitalização de juros de empréstimos no montante de R\$ 5.874, considerando uma taxa média de capitalização de 9,9% a.a. (2021 - R\$ 1.927).
- (ii) Em 31 de março de 2022, na Controladora e no Consolidado, as lavouras de cana em formação consideram efeitos de R\$ 4.641 (2021 – R\$ 7.657) relacionados a apropriação da depreciação do direito de uso de terras e da capitalização de juros dos passivos de arrendamento, calculada com base em uma taxa média anual que varia de 10,7% a 17,45% de acordo com o prazo de vigência de cada contrato, considerando a taxa incremental de captação na data de início dos contratos.

Garantias

Em 31 de março de 2022, itens do imobilizado no montante de R\$ 302.713 (2021 - R\$ 271.209), encontram-se gravados em garantia dos credores, em operações de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da diretoria às demonstrações
Contábeis em 31 de março de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)



Imobilizado em andamento

Refere-se a investimentos em máquinas e equipamentos adquiridos de massa falida, os quais foram desmontados e serão instalados nas unidades produtivas de Limeira do Oeste e Iturama. As obras se iniciaram em abril de 2022, com previsão de término e entrada em operação prevista para a Safra 2024/2025.

A Companhia também está investindo na substituição de dois geradores obsoletos por um gerador de 37.500 KVA e outro de 40 MW na planta de Campo Florido – MG, bem como implantação de sistema de alimentação de cana a seco da planta de Coruripe – AL (2021 - investimentos na implantação de adutora de vinhaça na filial Iturama – MG, instalação gerador 40 MW e sinistro nas caixas de evaporação na unidade de Coruripe-AL).

Custo atribuído

Refere-se à adoção do custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os efeitos contábeis da adoção do custo atribuído pela Companhia em 1º de abril de 2010 estão demonstrados a seguir:

| | Controladora e Consolidado | | |
|--|-----------------------------------|-------------------|------------------------|
| | Custo histórico | Mais valia | Custo atribuído |
| Edificações e outros imóveis | 165.043 | 31.521 | 196.564 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais | 420.423 | 475.409 | 895.832 |
| | <u>585.466</u> | <u>506.930</u> | <u>1.092.396</u> |

O saldo remanescente da mais valia incluída no ativo imobilizado (custo atribuído reduzido da depreciação acumulada), os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos e o ajuste de avaliação patrimonial relacionados ao custo atribuído estão demonstrados a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|-----------------------------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Mais valia incluída no Imobilizado | 96.363 | 113.392 |
| (-) Imposto de renda e contribuição social diferidos | <u>(32.764)</u> | <u>(38.553)</u> |
| Ajuste de avaliação patrimonial | <u>63.600</u> | <u>74.838</u> |

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

| | Controladora e Consolidado | |
|--|-----------------------------------|--------------|
| | 2022 | 2021 |
| Softwares | | |
| Em 31 de março | 1.450 | 871 |
| Custo | 2.303 | 1.443 |
| Amortização acumulada | (853) | (572) |
| Valor residual | 1.450 | 871 |
| Adições | 2.147 | 860 |
| Amortização | (672) | (281) |
| Em 31 de março | 2.925 | 1.450 |
| Custo | 4.450 | 2.303 |
| Amortização acumulada | (1.525) | (853) |
| Valor residual | 2.925 | 1.450 |
| Taxa média de amortização anual | 20% | 20% |

15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar

As movimentações dos ativos de direito de uso foram as seguintes, para a Controladora e Consolidado:

| | Veículos, máquinas e equipamentos | Parcerias agrícolas | Arrendamentos agrícolas | Ativos de direito de uso |
|---------------------------------------|--|----------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Adoção inicial em 1º de abril de 2020 | 18.950 | 519.551 | 597.076 | 1.135.577 |
| Remensuração | 4.092 | 51.726 | (12.906) | 42.912 |
| Adições (baixas) de contratos | 16.870 | 34.345 | (40.809) | 10.406 |
| Depreciação | (6.897) | (107.451) | (35.837) | (150.185) |
| Saldo em 31 de março de 2021 | 33.015 | 498.171 | 507.524 | 1.038.710 |
| Saldo em 1º de abril de 2021 | 33.015 | 498.171 | 507.524 | 1.038.710 |
| Remensuração | 12 | 129.069 | 170.473 | 299.554 |
| Adições de novos contratos | 109.458 | 173.740 | 51.897 | 335.095 |
| Rescisão contratos | (14.094) | (15.450) | (4.228) | (33.772) |
| Depreciação | (21.162) | (125.435) | (38.514) | (185.111) |
| Saldo em 31 de março de 2022 | 107.229 | 660.095 | 687.152 | 1.454.476 |
| Vigências dos contratos (anos) | 1 a 6 | 2 a 19 | 5 a 39 | |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas foram as seguintes:

| | Arrendamentos a pagar | Parcerias agrícolas | Total |
|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|------------------|
| Adoção em 1º de abril de 2020 | 633.039 | 422.986 | 1.056.025 |
| Adições (baixas) de contratos | (59.081) | 25.850 | (33.231) |
| Pagamentos | (62.976) | (226.887) | (289.863) |
| Remensuração | (8.646) | 51.558 | 42.912 |
| Apropriação de encargos financeiros | 81.913 | 47.208 | 129.121 |
| Saldo em 31 de março de 2021 | 584.249 | 320.715 | 904.964 |
| Circulante | 60.277 | 19.106 | 79.383 |
| Não circulante | 523.972 | 301.609 | 825.581 |
| Saldo em 1º de abril de 2021 | 584.249 | 320.715 | 904.964 |
| Pagamentos efetuados | (162.026) | (92.313) | (254.339) |
| Adições (baixas) de contratos | 123.551 | 154.806 | 278.357 |
| Remensuração | 170.485 | 129.069 | 299.554 |
| Apropriação de encargos financeiros | 97.197 | 62.236 | 159.433 |
| Saldo em 31 de março de 2022 | 813.456 | 574.513 | 1.387.969 |
| Circulante | 92.771 | 97.437 | 190.208 |
| Não circulante | 720.685 | 477.076 | 1.197.761 |

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

| Prazo de vencimento | 2022 | 2021 |
|----------------------------|------------------|----------------|
| Acima de 1 a 2 anos | 192.945 | 137.930 |
| Acima de 2 a 3 anos | 196.230 | 140.612 |
| Acima de 3 a 4 anos | 197.035 | 139.268 |
| Acima de 4 a 5 anos | 198.010 | 132.644 |
| Acima de 5 a 6 anos | 199.330 | 114.325 |
| Acima de 6 anos | 214.211 | 160.803 |
| | 1.197.761 | 825.581 |

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza taxas de desconto incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustados às suas circunstâncias. As taxas de desconto incrementais consideram o escalonamento do prazo do contrato para os spreads de financiamento, como segue:

| Período do contrato | Taxa incremental |
|----------------------------|-------------------------|
| De 1 a 3 anos | 7,09 % a 14,30% |
| De 3 a 6 anos | 7,31% a 15,54% |
| De 6 a 9 anos | 8,44% a 14,45% |
| De 9 a 12 anos | 9,19% a 15,29% |
| De 12 a 39 anos | 9,81% a 17,28% |

A mensuração dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar é realizada ao final da safra, com base na variação do índice com metodologia do Consecana - SP calculado sobre a comercialização da Companhia aplicados no polo de Iturama e do polo de Campo Florido, considerando a data base 31 de março. Para o polo de Alagoas, o índice adotado pela Companhia é o Sindaçúcar - AL, considerando data base 31 de agosto.

A Companhia firmou 32 contratos de locação com sua parte relacionada GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tércio Wanderley, com prazo de 50 anos (Nota 10 (c)). Esses contratos correspondem a aproximadamente 32 mil hectares de terras localizadas no estado de Alagoas e 17 mil hectares de terras localizadas no estado de Minas Gerais. Os contratos foram reconhecidos como arrendamento mercantil, conforme CPC 06 (R2).

16. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Cana-de-açúcar | 93.920 | 186.921 | 93.920 | 186.921 |
| Materiais, serviços e outros | 91.075 | 63.842 | 92.258 | 63.955 |
| | 184.995 | 250.763 | 186.177 | 250.876 |

17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

A posição de empréstimos e financiamentos da Controladora e Consolidado é apresentada como segue:

| Modalidade | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Moeda nacional | | | | |
| Finame | 65.463 | 90.729 | 65.463 | 90.729 |
| Bancos de Fomento / Repasse BNDES | 396.041 | 132.938 | 396.041 | 132.938 |
| CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio | 574.285 | 719.625 | 574.285 | 719.625 |
| Dívida sindicalizada | | 555.041 | | 555.041 |
| Debêntures | 93.519 | | 93.519 | |
| Outros | 195.343 | 100.547 | 212.040 | 125.562 |
| | <u>1.324.651</u> | <u>1.598.880</u> | <u>1.341.348</u> | <u>1.623.895</u> |
| Moeda estrangeira (US\$) | | | | |
| ACC | 205.778 | 165.715 | 205.778 | 165.715 |
| Trade Finance/PPE | 370.179 | 323.332 | 370.265 | 323.332 |
| Dívida sindicalizada/NCE | | 982.230 | | 982.230 |
| Bonds | 1.405.539 | | 1.405.453 | |
| | <u>1.981.497</u> | <u>1.471.277</u> | <u>1.981.497</u> | <u>1.471.277</u> |
| | 3.306.148 | 3.070.157 | 3.322.845 | 3.095.172 |
| Circulante | (787.324) | (997.927) | (800.688) | (1.006.275) |
| Não circulante | <u>2.518.824</u> | <u>2.072.230</u> | <u>2.522.157</u> | <u>2.088.897</u> |

Os empréstimos e financiamentos têm a seguintes taxas médias:

Moeda local:

Finame: 9,54% a.a. (incluindo a variação do CDI, IPCA, SELIC ou TJLP) (2021 – 7,78% a.a.);
Bancos de Fomento: 12,65% a.a. (incluindo a variação do IPCA, SELIC, TJLP OU TLP) (2021 – 5,88% a.a.);

CRA: 17,01% a.a. (incluindo a variação do CDI) (2021 – 7,42% a.a.);

Debêntures: 21,38% a.a. (incluindo a variação do IPCA);

Dívida sindicalizada: em 2021, 6,15% a.a. (incluindo a variação do CDI);

Outros: 17,38% a.a. (incluindo a variação do CDI) (2021 – 9,49% a.a. incluindo a variação do CDI ou SELIC).

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A TJLP, IPCA, SELIC e CDI são taxas ou índices comumente utilizados no mercado financeiro brasileiro:

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

SELIC - Taxa do Sistema de Liquidação de Custódia Especial

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

Moeda estrangeira (US\$)

ACC: 6,01% a.a. (2021 – 6,69% a.a.);

Trade finance/PPE/CDA: 8,11% a.a. (incluindo a variação da LIBOR) (2021 – 6,13% a.a.);

PPE entre Usina Coruripe e Coruripe Netherland: 10,05% a.a.;

Dívida sindicalizada/NCE: em 2021, 5,84% a.a. (incluindo a variação da LIBOR).

Bonds: 10,00% a.a. (Taxa efetiva: 10,45% a.a.).

Os empréstimos acima mencionados são o único instrumento financeiro detido pela Companhia e pelo Grupo que será afetado pela fase 2 da reforma da LIBOR. A Companhia e o Grupo ainda não fizeram a transição para a taxa de referência alternativa até a data de encerramento dessas demonstrações contábeis. A diretoria estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não espera impactos materiais relacionados a esta substituição.

Na captação dos Bonds, o Grupo incorreu em custos de R\$ 34.936, os quais foram ativados, e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo do contrato, impactando a taxa efetiva do mesmo.

Os montantes exigíveis no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento dos contratos:

| Ano | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Safra 2022/2023 | | 491.810 | | 505.143 |
| Safra 2023/2024 | 318.118 | 382.913 | 321.451 | 386.247 |
| Safra 2024/2025 | 277.619 | 988.654 | 277.619 | 988.654 |
| Safra 2025/2026 | 340.305 | 208.853 | 340.305 | 208.853 |
| Safra 2026/2027 | 1.464.103 | | 1.464.103 | |
| Safra 2027/2028 em diante | 118.680 | | 118.680 | |
| | <u>2.518.824</u> | <u>2.072.230</u> | <u>2.522.157</u> | <u>2.088.897</u> |

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Em 1º de abril | 3.070.157 | 3.426.397 | 3.095.172 | 3.426.397 |
| Captações | 2.904.720 | 517.150 | 2.904.720 | 542.150 |
| Juros e variações cambiais incorridos | (33.904) | 369.513 | (31.305) | 370.409 |
| Pagamento de principal | (2.387.690) | (961.821) | (2.396.023) | (961.821) |
| Pagamento de juros | (247.136) | (226.855) | | (227.736) |
| Modificação do fluxo de caixa | | (54.227) | (2.583) | (54.227) |
| Em 31 de março | 3.306.148 | 3.070.157 | 3.569.980 | 3.095.172 |

Garantias

Os referidos empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas, alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias e contas a receber de exportações.

Reestruturação Financeira

No exercício findo em 31 de março de 2022, o Grupo reestruturou o perfil da dívida e estrutura de capital, através de uma série de operações de captações no longo prazo, a qual envolveu diferentes credores. Os impactos dessa reestruturação estão descritos na Nota 1 (c).

No exercício findo em 31 de março de 2021, o Grupo renegociou parcela representativa da dívida financeira, cujos contratos foram assinados em agosto de 2020. A renegociação de prazos de vencimentos para 5 anos aliviou as dívidas de curto prazo, adequando a estrutura de capital e fluxo de caixa do Grupo (Nota 1 (c)). O reperfilamento da dívida não representou uma modificação substancial dos fluxos de caixa da dívida e foi registrada contabilmente como um ajuste na obrigação existente (contabilidade de modificação) representando um ganho de R\$ 54.227 registrado em contrapartida das receitas financeiras no resultado do exercício (Nota 24).

Covenants

O Grupo possui contratos com instituições financeiras, fundos de investimentos, corretoras, bancos de fomento, tradings e mercado de capitais: Amerra, Sucden, BBM Bocom, Planner/CDCA, BNDES, Debêntures, CRA02, CRA03 e CR04, que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros. Em 31 de março de 2022, os principais covenants dos índices financeiros para as demonstrações contábeis consolidadas, excluindo os efeitos do CPC 06 (R2), são os seguintes:

- Relação da dívida líquida pelo LAJIDA ajustado $\leq 3,0$;
- Relação LAJIDA ajustado por despesa financeira líquida (excluído as perdas ou ganhos com variações cambiais) $\geq 2,5$;

O cumprimento de covenants é exigido apenas para o encerramento do exercício social. Para o exercício findo em 31 de março de 2022, todos os índices de covenants contratuais foram cumpridos pelo Grupo.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2021, todos os índices de covenants contratuais foram cumpridos pelo Grupo, com exceção do índice de limite de caixa, em que o Grupo excedeu em R\$ 35.661 o limite estabelecido em cláusula contratual, de forma que este valor excedente na data de mensuração deve ser utilizado para liquidação antecipada do empréstimo, motivo pelo qual o referido montante foi classificado no passivo circulante na referida data. Em 24 de junho de 2021, o Grupo obteve a aprovação formal dos credores para não realizar o pagamento do montante excedente de caixa, e o referido montante foi reclassificado para o passivo não circulante.

18. Tributos a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Parcelamentos de tributos: | | | | |
| Parcelamento de ICMS AL | 3.003 | 442 | 3.003 | 442 |
| Parcelamento de ICMS MG | 1.398 | 4.402 | 1.398 | 4.402 |
| Parcelamento Federal | 43.390 | 27.596 | 43.390 | 27.596 |
| | <u>47.791</u> | <u>32.440</u> | <u>47.791</u> | <u>32.440</u> |
| Tributos a recolher: | | | | |
| IRRF a recolher | 2.101 | 2.815 | 2.101 | 2.815 |
| IOF a recolher | 2.846 | 2.424 | 4.157 | 3.326 |
| INSS a recolher | 6.940 | 5.986 | 6.940 | 5.986 |
| PIS/Cofins a recolher | 2.244 | 1.631 | 2.244 | 1.631 |
| PIS e Cofins diferidos – IAA 4870 | 112.064 | 103.422 | 112.064 | 103.422 |
| ICMS a recolher | 393 | 1.089 | 393 | 1.089 |
| Outros impostos e contribuições | 501 | 327 | 610 | 444 |
| | <u>127.089</u> | <u>117.694</u> | <u>128.509</u> | <u>118.713</u> |
| | 174.880 | 150.134 | 176.300 | 151.153 |
| Circulante | <u>(28.143)</u> | <u>(22.300)</u> | <u>(29.563)</u> | <u>(23.319)</u> |
| Não circulante | <u>146.737</u> | <u>127.834</u> | <u>146.737</u> | <u>127.834</u> |

Os exigíveis a longo prazo classificados por ano de vencimento (parcelamentos fiscais e PIS / COFINS diferidos - IAA 4870):

| Ano | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| 2022 | | 29.690 | | 29.690 |
| 2023 | 34.831 | 29.690 | 34.831 | 29.690 |
| 2024 | 32.611 | 16.817 | 32.611 | 16.817 |
| 2025 | 19.547 | 51.637 | 19.547 | 51.637 |
| 2026 em diante | 59.748 | | 59.748 | |
| | <u>146.737</u> | <u>127.834</u> | <u>146.737</u> | <u>127.834</u> |

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Adiantamentos de clientes

A Companhia recebe adiantamentos de clientes, especialmente de tradings que comercializam o açúcar produzido pela Companhia. Esses adiantamentos são passivos de contratos com clientes. Sempre que o açúcar é entregue no armazém contratado pelas tradings para o embarque do produto para exportação, a Companhia recebe de 70% a 80% do valor do produto e o saldo remanescente é liquidado após a nomeação do navio ou decorrido um prazo conforme determinado em contrato.

No exercício findo em 31 de março de 2022, o valor da receita de R\$ 372.536 refere-se a obrigações contratuais originadas no exercício anterior (2021 – R\$ 235.954).

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------|-----------------------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| <i>Tradings açúcar</i> | 230.185 | 228.033 |
| Energia elétrica | 166.920 | 156.826 |
| Distribuidoras de etanol | 18.540 | 3.001 |
| | <u>415.645</u> | <u>387.860</u> |
| Circulante | (334.455) | (340.057) |
| Não circulante | <u>81.190</u> | <u>47.803</u> |

20. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia, ou o Grupo, tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações contábeis.

Perdas prováveis

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis:

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------|-----------------------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Trabalhistas | 667 | 1.017 |
| Cíveis | 1.943 | 5.749 |
| Tributárias | 90.129 | 112.868 |
| | <u>92.740</u> | <u>119.634</u> |

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões para contingências está assim representada:

| | Controladora e Consolidado | | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|---------------|--------------------|----------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributárias | Total |
| Em 31 de março de 2020 | 3.343 | 4.235 | 81.882 | 89.460 |
| Constituições | 47 | 1.524 | 31.189 | 32.760 |
| Reversões | (2.373) | (10) | (203) | (2.586) |
| Em 31 de março de 2021 | 1.017 | 5.749 | 112.868 | 119.634 |
| Em 31 de março de 2021 | 1.017 | 5.749 | 112.868 | 119.634 |
| Constituições | 200 | 891 | 429 | 1.520 |
| Reversões | (550) | (4.697) | (23.168) | (28.415) |
| Em 31 de março de 2022 | 667 | 1.943 | 90.129 | 92.740 |

Tributárias: durante o período de 2016 a 2021, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias-primas com base na interpretação da diretoria das regulamentações do PIS e COFINS. Os consultores fiscais da Companhia acreditam que é provável que as autoridades fiscais não concordem com o cálculo do imposto da Companhia e, embora não haja nenhuma reclamação no momento, é provável que a Companhia esteja sujeita a uma obrigação para com as autoridades fiscais. A provisão registrada reflete a melhor estimativa da diretoria do resultado mais provável. Para o exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia estornou R\$ 23.168 relacionada a provisão por prescrição da referida obrigação.

Cível: refere-se a ações de reclamação por perdas de terceiros em razão de queimadas em lavouras de cana-de-açúcar, as quais estão sendo questionadas pela Companhia.

Trabalhistas: substancialmente representadas por reclamações de horas extras e indenização por trabalhos realizados no intervalo entre turnos.

Passivos contingentes

As posições das demandas judiciais que, na opinião dos consultores jurídicos do Grupo, tem a probabilidade de perda menor que provável e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia e do Grupo, não foram objeto de provisão contábil. Esses passivos contingentes são representados por ações de natureza tributária, cível e trabalhista, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, avaliados como segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora e Consolidado | |
|----------------------------|-----------------------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Contingências trabalhistas | 956 | 1.369 |
| Contingências cíveis | 83.629 | 83.709 |
| Contingências tributárias | 192.760 | 179.686 |
| | 277.345 | 264.764 |

A seguir estão os principais processos que são classificados como passivos contingentes:

Tributárias

Processo 10410.720364/2017-98

Multa transitória (item 10 do artigo 89 da Lei 8.212 / 91) por ter compensado INSS a pagar por créditos de PIS e COFINS entre 2014 e 2016, no valor aproximado em 31 de março de 2022, de R\$ 116.365 (31 de março de 2021 - R\$ 113.027). Em março de 2017, o valor foi incluído no Programa de Anistia e Refinanciamento Fiscal (TRP).

Multa excepcional de 150% sobre o débito, alegando má-fé da Companhia na compensação acima. O processo encontra-se em julgamento no Conselho Superior de Recursos Fiscais (CARF), com decisão favorável à Receita Federal em desempate. A Companhia entrou com uma petição em primeira instância. A diretoria e o consultor jurídico da Companhia acreditam que é improvável que resulte em qualquer perda material.

Em 18 de junho de 2020, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento ao recurso da Companhia para cancelar a multa única. Em 26 de junho de 2020, a Companhia foi intimada do inteiro teor do acórdão proferido pela 1ª Turma do TRF5 dando provimento ao recurso de apelação interposto pela empresa para declarar a nulidade integral do lançamento fiscal.

Em 29 de setembro de 2021, foi disponibilizado o acórdão proferido pela 1ª Turma do TRF5 negando provimento aos embargos declaratórios interpostos pela Fazenda Nacional, confirmando a declaração de nulidade integral da autuação fiscal. Em 26 de outubro de 2021, a Fazenda Nacional interpôs novos declaratórios já contrarrazoados.

Em 31 de março de 2022, a Companhia continua no aguardo do trânsito em julgado do acórdão exarado pelo TRF5 na ação anulatória, o processo encontra-se garantido por apólice de seguro.

Cíveis

Processo 0714498-70.2016.8.02.0001

Ação ordinária de cobrança judicial decorrente de venda de créditos de IPI a terceiros, glosados pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 51.127 (31 de março de 2021 - R\$ 51.127). A Companhia é requerida de ressarcimento dos créditos por parte do autor em decorrência de não cumprimento de cláusula contratual.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e seus assessores jurídicos alegam prescrição e homologação tácita dos créditos, bem como exceção de contrato não cumprido por parte do cliente comprador. Segundo os assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível.

Ativo contingente

Processo AMS93049 – AL (0003665-31.2005.4.05.8000).

Referente ao tema Exclusão do ICMS na Base do PIS/COFINS, a Companhia teve o seu processo transitado em julgado em 13 de dezembro de 2018, quando apurou e registrou contabilmente o montante de R\$ 35.863, correspondente aos créditos apurados nos anos de 2005 a 2008, até o evento do regime especial (“ad rem”) do etanol, quando a tributação do PIS/COFINS foi atrelada a um valor fixo sobre a quantidade de metros cúbicos vendidos.

Para o período posterior a 2008 e até o presente momento, a Companhia contratou especialistas tributários que estão apoiando na análise dos impactos da decisão do STF em relação a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS referente ao regime especial do etanol (“ad rem”), sendo que, até o momento de preparação dessas demonstrações financeiras, os cálculos não foram concluídos. A diretoria não estima impacto material decorrente do registro dos referidos créditos quando da finalização da apuração.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2022 e 2021 é de R\$ 408.845, dividido em 1.400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes à Coruripe Holding S.A. Conforme o artigo 9º do Estatuto Social, o aumento ou redução do capital social da Companhia são de competência da Assembleia Geral dos Acionistas.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de março de 2022 e de 2021, as ações em tesouraria representam R\$ 1.215, divididas em 4,16 ações pertencentes à Coruripe Holding S.A. e estão à disposição dos acionistas. As ações são decorrentes de arredondamento do percentual das ações nominativas a cada um dos acionistas e foram colocadas em tesouraria a disposição da assembleia para futura atribuição aos acionistas do Grupo.

c) Ajuste de avaliação patrimonial: custo atribuído

Conforme comentado na Nota 13, corresponde a mais valia de custo atribuído de Edificações e dependências e Máquinas e equipamentos. Os valores, que estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, com a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Retenção de lucros

A Companhia vem retendo o lucro realizado no patrimônio líquido que está sendo destinado aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva aperfeiçoamento dos processos e amortização dos passivos com instituições financeiras, fundos e investimentos, CRAs e investidores em geral.

Com base no Artigo 202, § 4º da Lei 6.404/76, os acionistas da Companhia deverão propor, em Assembleia Geral, a reversão dos dividendos mínimos obrigatórios, por serem estes incompatíveis com a situação financeira da Companhia e por compromissos contratuais com credores. Ainda de acordo com o parágrafo e 5º da referida Lei, os dividendos que deixaram de ser distribuídos serão revertidos como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Lucros a deliberar

No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia destinou R\$ 317.028 (2021 - R\$ 216.237) para reserva de lucros a deliberar. Os lucros acumulados após a constituição das reservas legal e de incentivos fiscais e dos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para a reserva de lucros a deliberar para destinação da Assembleia Geral.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia e o Grupo possuem benefícios fiscais relacionados à redução do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado no resultado do exercício como receita de incentivos fiscais (Nota 22 (i)) por representar um crédito tributário reduzindo a despesa de ICMS sobre vendas. Para efeito de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, nos termos do § 3º, do artigo 19 da Lei 12.973 / 2014 (Legislação Brasileira), a subvenção concedida à Companhia e ao Grupo pelas demais autoridades fiscais será destinada à "Reserva de incentivos fiscais" quando a Companhia e o Grupo apresentarem lucro acumulado suficiente para a constituição da reserva.

Adicionalmente, caso o referido incentivo fiscal seja distribuído aos acionistas da Companhia, o valor da distribuição será incluído na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social, os quais foram estimados em R\$ 99.672 em 31 de março de 2022 (2021 - R\$ 47.754) calculado sobre o saldo da referida reserva. A diretoria da Companhia não tem a intenção de distribuir os valores de incentivo aos seus acionistas.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia recompos a Reserva de Incentivos Fiscais, com o registro adicional no montante de R\$ 93.882, referente aos benefícios tomados nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2020, os quais estavam mantidos na Reserva de retenção de lucros. Em 31 de março de 2022, o valor do incentivo fiscal que impactou o resultado nas demonstrações contábeis foi de R\$ 58.820, na Controladora e Consolidado (2021 - R\$ 74.973).

Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados, a constituição da reserva legal e a reserva de incentivos fiscais.

Em 20 de julho de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, a acionista renunciou ao direito ao dividendo anual obrigatório em decorrência de acordos com credores, e os dividendos mínimos obrigatórios foram revertidos para a Reserva de retenção de lucros.

Em 31 de março de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a acionista aprovou a distribuição antecipada de dividendos no montante de R\$ 51.960, a serem utilizados para liquidação de mútuo a receber pela Companhia de sua controladora Coruripe Holding S.A. Neste ato, a acionista renunciou aos dividendos mínimos obrigatórios excedentes a este valor aprovado. As demais destinações legais deverão ficar à disposição da Assembleia Geral Ordinária para nova deliberação.

22. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções e descontos e, nas demonstrações contábeis consolidadas, após eliminação das vendas dentro do Grupo.

A Companhia e o Grupo reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros resultarão da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades do Grupo, conforme descrito a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e o Grupo comercializam açúcar, etanol, energia elétrica, melaço, bagaço de cana-de-açúcar, vapor, Cbios, sanitizantes entre outros.

A receita com a comercialização da cogeração de energia é reconhecida com base na energia disponível na rede e nas tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou preço de mercado em vigor, conforme aplicável. O cálculo do volume de energia entregue ao comprador ocorre mensalmente. Os clientes ganham o controle da eletricidade a partir do momento em que a consomem.

A receita de vendas de açúcar, etanol e outros é reconhecida quando da: identificação dos contratos com clientes, identificação das obrigações de performance previstas nos contratos, determinação do preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas de produtos são

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidas sempre que ocorre a transferência do controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido despachados para o local especificado; (ii) o risco de perda foi transferido para o cliente; (iii) o cliente aceitou os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação foram acordadas, ou a Companhia e o Grupo tem evidência objetiva de que todos os critérios de aceitação foram atendidos.

Reconhecimento da receita dos produtos vendidos pela Companhia e pelo Grupo e, conseqüentemente, as obrigações de performance são cumpridas em um momento específico, de acordo com o conceito previsto no CPC 47, que geralmente ocorre na entrega física e / ou no cliente aceitação. Nenhum elemento de financiamento é considerado presente nas vendas recebidas antecipadamente ou com prazo de crédito inferior a 30 dias, o que é consistente com a prática de mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas a valor presente. Como consequência, o Grupo não ajusta nenhum dos preços de transação pelo valor do dinheiro no tempo.

A Companhia e o Grupo possuem atualmente quatro unidades industriais credenciadas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) no programa RenovaBio de geração de créditos de descarbonização Cbios. As quatro unidades industriais estão habilitadas a gerar em conjunto cerca de 500 mil Cbios por ano e estão devidamente cadastradas na plataforma do Serpro para gerar pré Cbios com a venda de etanol. Na safra 2021/2022, a Companhia alienou 367.163 Cbios na Bolsa de Valores do Brasil (B3), com receita líquida de R\$ 15.306 (2020/2021 - R\$ 10.615).

A comercialização de Cbios é feita através de leilão na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Usualmente, os compradores são as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo Renovabio. A Companhia e o Grupo reconhecem a receita pela venda dos Cbios como receita operacional e os tributos incidentes sobre a venda na linha de dedução da receita bruta.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Açúcar VHP | 1.333.469 | 1.645.284 | 1.333.469 | 1.645.284 |
| Açúcar cristal | 193.075 | 149.804 | 193.075 | 149.804 |
| Etanol anidro combustível | 684.989 | 446.213 | 684.989 | 446.213 |
| Etanol hidratado combustível | 421.281 | 481.590 | 421.281 | 481.590 |
| Venda de energia – produção | 33.346 | 40.529 | 74.240 | 90.817 |
| Venda de vapor | 857 | 829 | | |
| Melaço | 63.328 | 37.187 | 63.328 | 37.187 |
| Receita de prestação de serviços | 7.600 | 6.781 | 6.386 | 3.729 |
| Receita de venda Cbios | 15.306 | 10.615 | 15.306 | 10.615 |
| Receita de energia – revenda | 84.912 | 37.553 | 90.607 | 46.845 |
| Receita de incentivos fiscais (i) | 58.820 | 74.973 | 58.820 | 74.973 |
| Outras receitas de vendas | 45.635 | 49.023 | 45.855 | 49.023 |
| | 2.942.617 | 2.980.381 | 2.987.356 | 3.036.080 |

(i) Créditos de impostos sobre as vendas

A Companhia e o Grupo possuem subvenções concedidas pelos Estados de Alagoas e Minas Gerais (Nota 2.4). Essas subvenções referem-se a créditos tributários sobre vendas de ICMS que são registrados como receita de vendas na demonstração do resultado e são calculados da seguinte forma:

- a. 2,5% sobre as vendas no Estado de MG, inclusive exportação;
- b. 7% sobre as vendas de açúcar cristal dentro do Estado de Alagoas;
- c. 9% sobre as vendas de açúcar cristal para fora do Estado de Alagoas;
- d. 6% sobre as exportações de açúcar VHP no Estado de Alagoas; e
- e. 12% sobre as vendas de etanol hidratado dentro e fora do Estado de Alagoas.

(ii) Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa Integração Social (PIS): nas vendas de álcool pauta de R\$23,38 por m³; nas vendas de açúcar alíquota zero; e nas demais receitas 1,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins): nas vendas de álcool pauta de R\$107,52 por m³; nas vendas de açúcar alíquota zero; e nas demais receitas alíquotas de 7,60%;

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): nas vendas de açúcar alíquota zero e nas vendas de álcool não há tributação, nas vendas de melado 5%;

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

- (i) Energia elétrica: 12% a 18% para as operações internas no estado de Minas Gerais. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida;
- (ii) Energia elétrica: 17% a 25% para as operações internas no estado de Alagoas. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida: Todos os contratos de venda de energia da Companhia no estado de Alagoas, são interestaduais.
- (iii) Etanol anidro: tributação é diferida nas operações internas e interestaduais nos estados de Minas Gerais e Alagoas.
- (iv) Etanol hidratado: 12% na operação interestadual e de 25% nas operações internas no estado de Alagoas. Para Minas Gerais alíquota de 7% ou 12% nas operações interestaduais; e de 12% nas operações internas; e
- (v) Açúcar: Para o estado de Alagoas: 7% a 18% nas operações internas e 12% nas operações interestaduais. Para o estado de Minas Gerais de 7% ou 12% nas operações internas e de 7% a 12% nas operações interestaduais.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vi) Tributação exclusiva de Cbrios de 15% de Imposto de Renda conforme Lei do Agro 13.986/2020 artigo 60.

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)- calculado sobre a comercialização da produção rural (receita bruta) da agroindústria, destinada ao mercado interno, à alíquota de 2,85%.

23. Despesas por natureza

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gastos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custo dos produtos vendidos | | | | |
| Pessoal | (126.947) | (131.558) | (127.468) | (131.841) |
| Matéria-prima | (1.050.205) | (1.088.358) | (1.045.999) | (1.080.744) |
| Variação do valor justo dos ativos biológicos | 3.580 | 24.186 | 3.580 | 24.186 |
| Mão de obra de terceiros e fretes | (41.968) | (43.493) | (43.379) | (45.593) |
| Combustíveis e lubrificantes | (40.778) | (42.259) | (40.778) | (42.259) |
| Insumos | (25.698) | (26.632) | (25.698) | (26.632) |
| Materiais de manutenção | (26.600) | (27.566) | (26.600) | (27.566) |
| Depreciação do direito de uso | (157.196) | (106.399) | (157.196) | (106.399) |
| Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana) | (259.373) | (307.832) | (262.774) | (311.516) |
| Depreciação de lavouras de cana | (154.493) | (125.019) | (154.493) | (125.019) |
| Custos de tratos culturais da cana colhida | (166.091) | (196.827) | (166.091) | (196.827) |
| Energia elétrica - revenda | (97.247) | (40.351) | (97.247) | (42.225) |
| Energia elétrica - consumo | (12.930) | (13.400) | (17.175) | (13.400) |
| Outros | (3.483) | (3.612) | (5.831) | (5.806) |
| | (2.159.430) | (2.129.120) | (2.167.149) | (2.131.641) |
| Despesas com vendas | | | | |
| Pessoal | (14.457) | (13.724) | (14.457) | (13.724) |
| Mão de obra de terceiros | (2.612) | (1.866) | (2.612) | (12.187) |
| Fretes sobre vendas | (91.754) | (121.656) | (91.754) | (108.260) |
| Combustíveis e lubrificantes | (223) | (192) | (223) | (192) |
| Materiais de manutenção | (1.646) | (1.495) | (1.646) | (1.495) |
| Depreciação e amortização | (3.923) | (3.791) | (3.923) | (3.791) |
| Depreciação direito de uso | (380) | | (380) | |
| Energia elétrica | (913) | (1.038) | (913) | (1.038) |
| Outros | (4.997) | (4.547) | (4.997) | (7.622) |
| | (120.905) | (148.309) | (120.905) | (148.309) |
| Despesas gerais e administrativas | | | | |
| Pessoal | (81.144) | (79.852) | (81.144) | (79.852) |
| Mão de obra de terceiros | (29.240) | (21.777) | (29.315) | (21.844) |
| Combustíveis e lubrificantes | (1.378) | (686) | (1.378) | (686) |
| Materiais de manutenção | (2.588) | (4.051) | (2.588) | (4.051) |
| Depreciação e amortização | (4.444) | (4.191) | (4.444) | (4.191) |
| Energia elétrica | (143) | (130) | (143) | (130) |
| Outros | (24.137) | (16.221) | (24.177) | (16.251) |
| | (143.073) | (126.908) | (143.189) | (127.005) |

24. Receitas e despesas financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Ganhos em operações com derivativos operacionais | | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 10.047 | 11.683 | 10.309 | 11.801 |
| Variações cambiais ativas | 516.700 | 323.167 | 516.700 | 323.167 |
| Atualizações monetárias sobre créditos IAA 4870 | 185.851 | 175.278 | 185.851 | 175.278 |
| Juros sobre contrato de mútuo | 3.534 | 3.284 | 4.640 | 3.284 |
| Modificações nos fluxos de caixa de financiamentos (Nota 17) | | 54.227 | | 54.227 |
| Outras receitas financeiras | 2.637 | 197 | 22.222 | 245 |
| | <u>718.769</u> | <u>567.836</u> | <u>739.722</u> | <u>568.002</u> |
| Despesas financeiras | | | | |
| Perdas em operações com derivativos operacionais | (25.090) | (21.365) | (25.575) | (21.365) |
| Variações cambiais passivas | (201.875) | (478.889) | (201.875) | (478.889) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (267.947) | (241.234) | (270.546) | (242.081) |
| Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2) | (153.103) | (123.619) | (153.103) | (123.619) |
| Juros sobre contrato de mútuo | (1.318) | | (20.622) | |
| Encargos financeiros na liquidação antecipada da dívida (i) | (44.913) | | (44.913) | |
| Custo da transação | (89.403) | (61.474) | (89.403) | (61.474) |
| Outras despesas financeiras | (48.811) | (20.012) | (48.993) | (21.532) |
| | <u>(832.460)</u> | <u>(946.594)</u> | <u>(855.030)</u> | <u>(948.960)</u> |
| Resultado financeiro | (113.691) | (378.758) | (115.308) | (380.958) |

- (i) Conforme divulgado na Nota 1 (c), em fevereiro de 2022, o Grupo pré-pagou a dívida objeto da renegociação do ano anterior, incorrendo em desembolso de caixa superior ao valor contábil da dívida no montante de R\$ 44.913.

25. Informação por segmento (Consolidado)

A diretoria definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo principal tomador de decisão que é o Conselho de Administração. As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pelo Grupo, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar
- (ii) Etanol
- (iii) Energia
- (iv) Melaço
- (v) Outros produtos

O segmento de Outros produtos está relacionado principalmente à comercialização de cana-de-açúcar, soqueiras e leveduras para outras indústrias e agricultores no curso normal dos negócios do Grupo.

Os resultados financeiros não são imputados aos segmentos, uma vez que este tipo de atividade é gerido de forma consolidada pela tesouraria central do Grupo.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado de equivalência patrimonial das investidas é resultado não segmentado.

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos não são alocados aos segmentos, pois esse cálculo é administrado em uma base consolidada e sua alocação por segmento não é relevante para o principal tomador de decisão.

Não há vendas entre os segmentos do Grupo e a receita é reportada para o principal tomador de decisão de forma consistente com a demonstração do resultado. As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base no resultado operacional por produto, como segue:

| | 31 de março de 2022 | | | | | | Total |
|--|---------------------|-----------|-----------|----------|-----------------|----------------|-------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros Produtos | Não segmentado | |
| Receita operacional líquida | 1.620.207 | 1.068.346 | 165.442 | 64.550 | 68.811 | | 2.987.356 |
| Custos dos produtos vendidos | (1.405.581) | (584.779) | (134.046) | (21.582) | (21.161) | | (2.167.149) |
| Lucro bruto | 214.626 | 483.567 | 31.396 | 42.968 | 47.650 | | 820.207 |
| Despesas com vendas | (106.800) | (11.644) | (1.706) | (666) | (88) | | (120.905) |
| Despesas gerais e administrativas | (77.651) | (54.106) | (7.929) | (3.094) | (409) | | (143.189) |
| Resultado da equivalência patrimonial | | | | | | 3.366 | 3.366 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | | | | 18.006 | (42.273) | (24.267) |
| Lucro (prejuízo) operacional | 30.175 | 417.817 | 21.761 | 39.208 | 65.159 | (38.907) | 535.212 |
| Outras despesas não segmentadas | | | | | | (115.308) | (115.308) |
| Imposto de renda e contribuição social não segmentados | | | | | | (2.629) | (2.629) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 30.175 | 417.817 | 21.761 | 39.208 | 65.159 | (156.844) | 417.275 |

| | 31 de março de 2021 | | | | | | Total |
|--|---------------------|-----------|----------|----------|-----------------|----------------|-------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros Produtos | Não segmentado | |
| Receita operacional líquida | 1.789.735 | 956.370 | 138.254 | 38.141 | 113.580 | | 3.036.080 |
| Custos dos produtos vendidos | (1.281.444) | (668.065) | (74.848) | (19.740) | (87.544) | | (2.131.641) |
| Lucro (prejuízo) bruto | 508.291 | 288.305 | 63.406 | 18.401 | 26.036 | | 904.439 |
| Despesas com vendas | (135.920) | (9.507) | (1.374) | (379) | (1.129) | | (148.309) |
| Despesas gerais e administrativas | (74.868) | (40.007) | (5.783) | (1.596) | (4.751) | | (127.005) |
| Resultado da equivalência patrimonial | | | | | | 2.902 | 2.902 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | | | | 10.917 | (29.504) | (18.587) |
| Lucro (prejuízo) operacional | 297.503 | 238.791 | 56.249 | 16.426 | 31.073 | (26.602) | 613.440 |
| Outras despesas não segmentadas | | | | | | (380.958) | (380.958) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | 107.437 | 107.437 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 297.503 | 238.791 | 56.249 | 16.426 | 31.073 | (300.123) | 339.919 |

As Outras receitas operacionais, líquidas classificadas como não segmentadas, referem-se principalmente ao PIS e COFINS e à provisão para honorários advocatícios calculados sobre o pedido de indenização IAA 4870 (Nota 9 (a)).

O resultado financeiro e os tributos sobre o lucro são apresentados como resultados não segmentados.

No exercício findo em 31 de março de 2022, o Grupo possui dois clientes que individualmente representam 11% ou mais das receitas consolidadas (2021 - três clientes). Essas receitas totalizam, aproximadamente, R\$ 946.315 e são atribuíveis aos segmentos de Açúcar R\$ 634.126 e Etanol R\$ 312.190 (2021 - receitas de R\$ 679.697, sendo R\$ 497.996 e R\$ 181.699 atribuíveis aos segmentos de Açúcar e Etanol, respectivamente). Não há clientes em outros segmentos que representem 10% ou mais da receita das vendas totais.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo tem sede no Brasil. Sua receita com clientes no Brasil é de R\$ 1.561.646 (2021 - R\$ 1.396.149), e o total da receita com clientes no exterior, com base no destino das vendas, é de R\$ 1.425.710 (2021 - R\$ 1.639.931) representado pelas vendas de açúcar, conforme mostrado abaixo:

| | Em 31 de março de 2022 | | | | | Total |
|---------------------------|------------------------|------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros produtos | |
| Brasil | 255.503 | 1.007.340 | 165.442 | 64.550 | 68.811 | 1.561.646 |
| França | 398.598 | | | | | 398.598 |
| Inglaterra | 189.309 | 423 | | | | 189.732 |
| Suíça | 433.560 | 60.583 | | | | 494.143 |
| Estados Unidos da América | 189.414 | | | | | 189.414 |
| Uruguai | 153.823 | | | | | 153.823 |
| Total | 1.620.207 | 1.068.346 | 165.442 | 64.550 | 68.811 | 2.987.356 |

| | Em 31 de março de 2021 | | | | | Total |
|---------------------------|------------------------|----------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros produtos | |
| Brasil | 149.804 | 956.370 | 138.254 | 38.141 | 113.580 | 1.396.149 |
| França | 538.904 | | | | | 538.904 |
| Inglaterra | 433.514 | | | | | 433.514 |
| Suíça | 417.327 | | | | | 417.327 |
| Estados Unidos da América | 229.328 | | | | | 229.328 |
| Outros países | 20.858 | | | | | 20.858 |
| Total | 1.789.735 | 956.370 | 138.254 | 38.141 | 113.580 | 3.036.080 |

As despesas e receitas não caixa que impactam o lucro operacional dos segmentos de negócios são, substancialmente, representadas pela depreciação / amortização e o valor justo dos ativos biológicos representados pelos seguintes valores:

| | 31 de março de 2022 | | | | | | Total |
|-----------------------------------|---------------------|------------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|------------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros Produtos | Não segmentado | |
| Depreciação e amortizações | (345.643) | (209.801) | (5.829) | (14.117) | (7.018) | | (582.408) |
| Valor justo dos ativos biológicos | 6.240 | 3.788 | | 255 | | | 10.283 |
| Total | 81.494 | (206.013) | (5.829) | (13.862) | (7.018) | | (572.125) |

| | 31 de março de 2021 | | | | | | Total |
|-----------------------------------|---------------------|------------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|------------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros Produtos | Não segmentado | |
| Depreciação e amortizações | (283.108) | (193.778) | (21.764) | (8.493) | (43.772) | | (550.916) |
| Valor justo dos ativos biológicos | 14.107 | 9.656 | | 423 | | | 24.186 |
| Total | (269.001) | (184.122) | (21.764) | (8.070) | (43.772) | | (526.730) |

Os principais ativos operacionais do Grupo foram segregados por segmento com base nos centros de custo aos quais estão alocados e / ou no critério de rateio que leva em consideração a participação de cada produto em relação à produção total, conforme determinado pelos principais tomadores de decisão do Grupo. Sua apresentação é como segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31 de março de 2022 | | | | | | |
|--|---------------------|------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|------------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros Produtos | Não segmentado | Total |
| Contas a receber de clientes | 67.231 | 19.536 | 1.649 | 1.209 | | 6.984 | 96.609 |
| Estoques | 17.360 | 14.762 | | 293 | 105.425 | | 137.841 |
| Adiantamentos a fornecedores | 311.801 | 189.258 | | 12.735 | | | 513.794 |
| Ativos biológicos | 185.239 | 112.438 | | 7.566 | | | 305.243 |
| Imobilizado | 836.906 | 507.945 | 233.146 | 28.315 | 49.680 | | 1.655.992 |
| Intangível | 1.775 | 1.077 | | 73 | | | 2.925 |
| Direito de uso | 882.662 | 535.763 | | 36.051 | | | 1.454.476 |
| Total de ativos segmentados | 2.302.974 | 1.380.779 | 234.795 | 86.242 | 155.105 | | 4.166.880 |
| Não alocados: | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | 676.180 | 676.180 |
| Aplicações financeiras | | | | | | 7.896 | 7.896 |
| Partes relacionadas | | | | | | 12.262 | 12.262 |
| Tributos a recuperar | | | | | | 106.646 | 106.646 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | | | | 42.075 | 42.075 |
| Outros direitos | | | | | | 3.315.592 | 3.315.592 |
| Depósitos judiciais | | | | | | 2.883 | 2.883 |
| Investimentos | | | | | | 26.987 | 26.987 |
| Total dos ativos não alocados | | | | | | 4.190.521 | 4.190.521 |
| Total dos ativos conforme balanço patrimonial | 2.302.974 | 1.380.779 | 234.795 | 86.242 | 155.105 | 4.190.521 | 8.357.401 |

| | 31 de março de 2021 | | | | | | |
|--|---------------------|------------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|------------------|
| | Açúcar | Etanol | Energia | Melaço | Outros Produtos | Não segmentado | Total |
| Contas a receber de clientes | 32.207 | 30.131 | 3.750 | 3.447 | 17.198 | | 86.733 |
| Estoques | 27.050 | 24.148 | | 1.818 | 107.878 | | 160.894 |
| Adiantamentos a fornecedores | 256.857 | 175.810 | | 7.705 | | | 440.373 |
| Ativos biológicos | 154.647 | 105.851 | | 4.639 | | | 265.137 |
| Imobilizado | 677.290 | 453.848 | 217.643 | 16.114 | 42.213 | | 1.407.109 |
| Intangível | 846 | 579 | | 25 | | | 1.450 |
| Direito de uso | 605.851 | 414.685 | | 18.175 | | | 1.038.710 |
| Total de ativos segmentados | 1.754.748 | 1.205.052 | 221.393 | 51.924 | 167.289 | | 3.400.406 |
| Não alocados: | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | 349.001 | 349.001 |
| Aplicações financeiras | | | | | | 142.420 | 142.420 |
| Partes relacionadas | | | | | | 48.476 | 48.476 |
| Tributos a recuperar | | | | | | 146.638 | 146.638 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | | | | 19.319 | 19.319 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | | | | | 5.454 | 5.454 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | | | 12.180 | 12.180 |
| Outros direitos | | | | | | 3.147.655 | 3.147.655 |
| Depósitos judiciais | | | | | | 1.184 | 1.184 |
| Investimentos | | | | | | 23.619 | 23.619 |
| Total dos ativos não alocados | | | | | | 3.895.946 | 3.895.946 |
| Total dos ativos conforme balanço patrimonial | 1.754.748 | 1.205.052 | 221.393 | 51.924 | 167.289 | 3.895.946 | 7.296.353 |

O total dos ativos não circulantes está localizado no Brasil, país de domicílio do Grupo. Os valores das adições aos ativos não circulantes, exceto ativos financeiros e impostos diferidos, são representados pelo ativo imobilizado e ativos de direito de uso, e são apropriados aos seguintes segmentos:

| | 2022 | 2021 |
|-----------------|------------------|----------------|
| Açúcar | 785.850 | 322.878 |
| Etanol | 378.682 | 51.023 |
| Energia | 62.341 | 87.166 |
| Melaço | 44.372 | 7.741 |
| Outros produtos | 17.448 | 8.959 |
| | 1.288.692 | 477.766 |

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais tomadores de decisões do Grupo analisam os passivos de forma consolidada, portanto, a informação por segmento relativa aos passivos é analisada pelos tomadores de decisão e não está sendo divulgada.

26. Outras despesas operacionais, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receitas eventuais | | 1.503 | | 1.503 |
| Receita pela venda de sucatas | 17.724 | 18.006 | 12.677 | 12.308 |
| Receita de créditos extemporâneos de PIS e Cofins | 8.707 | 20.462 | 8.707 | 20.462 |
| Receita de créditos PIS e COFINS sobre imobilizado | 4.007 | 14.943 | 4.007 | 14.943 |
| Receita na venda de ativo imobilizado | 2.698 | 3.805 | 2.698 | 3.805 |
| Baixa do valor residual na venda de ativo imobilizado | (718) | (2.662) | (718) | (2.662) |
| Receita pela venda de soqueiras | 17.317 | 20.521 | 17.317 | 20.521 |
| Baixa do valor residual na venda de soqueiras | (14.342) | (23.055) | (14.342) | (23.055) |
| Outros impostos e parcelamentos de tributos | (20.355) | (11.153) | (20.355) | (11.153) |
| Provisões com perdas estimadas | (9.622) | (18.251) | (9.622) | (18.251) |
| PIS e Cofins diferidos sobre créditos IAA 4870 | (8.642) | (15.840) | (8.642) | (15.840) |
| Atualização monetária sobre provisão de honorários advocatícios – IAA 4870 | (23.696) | (14.658) | (23.696) | (14.658) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 7.708 | (8.619) | 7.702 | (6.509) |
| | <u>(19.213)</u> | <u>(14.999)</u> | <u>(24.267)</u> | <u>(18.587)</u> |

27. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos impostos de renda e contribuição social reconhecidos no balanço patrimonial é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ativo circulante: | | | | |
| Antecipações de IRPJ | 34.611 | 7.613 | 34.611 | 7.613 |
| Antecipações de CSLL | 7.464 | 11.706 | 7.464 | 11.706 |
| | <u>42.075</u> | <u>19.319</u> | <u>42.075</u> | <u>19.319</u> |
| Passivo circulante: | | | | |
| IRPJ a pagar | | | (116) | (198) |
| CSLL a pagar | | | (59) | (114) |
| | | | <u>(175)</u> | <u>(312)</u> |

A composição dos impostos de renda e contribuição social reconhecidos ao resultado é a seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Correntes: | | | | |
| Imposto de renda | 16.955 | | 15.500 | (1.395) |
| Contribuição social | 6.475 | | 5.744 | (758) |
| | <u>23.430</u> | | <u>21.244</u> | <u>(2.153)</u> |
| Diferidos: | | | | |
| Imposto de renda | (9.934) | 76.758 | (9.934) | 76.758 |
| Contribuição social | (13.939) | 32.832 | (13.939) | 32.832 |
| | <u>(23.873)</u> | <u>109.590</u> | <u>(23.873)</u> | <u>109.590</u> |
| | <u>(443)</u> | <u>109.590</u> | <u>(2.629)</u> | <u>107.437</u> |

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

| | Controladora e Consolidado | | |
|--|-----------------------------------|--|------------------|
| | 2022 | Reconhecido no resultado do exercício | 2021 |
| Ativo: | | | |
| Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa | 150 | (138) | 288 |
| Provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores | 19.716 | 4.175 | 15.541 |
| Provisão para perdas de estoques e outros | 8.848 | 489 | 8.359 |
| Provisão para contingências | 31.532 | (9.144) | 40.676 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 413.454 | 108.737 | 304.717 |
| Perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos | 3.401 | 633 | 2.768 |
| Provisão para honorários advocatícios – IAA 4870 | 63.521 | 3.613 | 59.908 |
| Valor justo dos ativos biológicos | 6.467 | 6.467 | |
| Variação cambial | 36.286 | (119.311) | 155.598 |
| | <u>583.375</u> | <u>(4.479)</u> | <u>587.855</u> |
| Passivo: | | | |
| Ganhos líquidos com instrumentos financeiros derivativos | | 1.855 | (1.855) |
| Ganhos reperfilamento | | 15.270 | (15.270) |
| Mais valia do ativo imobilizado (deemed cost) | (32.764) | 5.791 | (38.556) |
| Depreciação acelerada incentivada | (16.793) | (16.794) | |
| Vida útil do imobilizado | (61.378) | (8.223) | (53.155) |
| Valor justo dos ativos biológicos | | 8.224 | (8.224) |
| Arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2) | (3.015) | 1.507 | (4.522) |
| Ajuste a valor presente dos créditos do IAA | (481.118) | (27.024) | (454.093) |
| | <u>(595.068)</u> | <u>(19.394)</u> | <u>(575.675)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos), líquidos | <u>(11.693)</u> | <u>(23.873)</u> | <u>12.180</u> |

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal.

Em dezembro de 2021, a Companhia e o Grupo registraram créditos tributários de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 7.291, com base em recente decisão do Supremo Tribunal Federal que excluiu a receita de juros (Selic) calculada sobre os valores reembolsados / compensados para pagamentos indevidos da base do imposto de renda. Considerando que esta decisão tem efeitos vinculantes a causas semelhantes e que a Companhia já havia ingressado com ação judicial solicitando as exclusões da base de cálculo do imposto de renda acima, a diretoria, com base nos assessores jurídicos da Companhia, apurou e reconheceu os créditos tributários dos últimos cinco anos relativos esta questão de acordo com a legislação tributária brasileira.

No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia efetuou a recuperação de IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2016 e 2017, no montante de R\$ 23.430, revertendo a base de apuração dos tributos correntes do exercício.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela diretoria, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|---------------------------|-----------------------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Safra 2021/2022 | | 7.388 |
| Safra 2022/2023 | 42.450 | 182.672 |
| Safra 2023/2024 | 221.346 | 66.717 |
| Safra 2024/2025 | 58.111 | 60.373 |
| Safra 2025/2026 | 64.440 | 59.387 |
| Safra 2026/2027 | 70.521 | 58.628 |
| Safra 2027/2028 | 77.180 | 56.069 |
| Safra 2028/2029 em diante | 49.327 | 96.621 |
| | 583.375 | 587.855 |

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram (depreciação acelerada e custo atribuído). A realização deste passivo é estimada à razão média de 9% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos.

Adicionalmente, parcela substancial do imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refere-se à avaliação do valor justo dos créditos indenizatórios do IAA (Nota 9), os quais deverão ser realizados a partir do ganho dessa indenização, cuja estimativa dos assessores jurídicos da Companhia é de que ocorra a partir da safra 2023/2024.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do imposto de renda e contribuição social

| | Controladora | |
|--|---------------------|-------------|
| | 2022 | 2021 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 417.718 | 230.329 |
| Alíquota máxima | 34% | 34% |
| | (142.024) | (78.312) |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: | | |
| Equivalência patrimonial | 10.585 | 16.334 |
| Exclusões (adições) permanentes, líquidas | 5.155 | 1.188 |
| Efeito do lucro da exploração nos créditos de IAA | 33.227 | 27.146 |
| Subvenções estaduais | 13.762 | 24.374 |
| Diferenças temporárias de derivativos de anos anteriores reconhecidos no exercício | | 75.455 |
| Prejuízos fiscais de períodos anteriores reconhecidos no exercício | 58.893 | 41.279 |
| Ressarcimento de tributos de exercícios anteriores | 23.430 | |
| Outros | (3.472) | 2.126 |
| Tributos no resultado | (443) | 109.590 |
| | | |
| | Consolidado | |
| | 2022 | 2021 |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 419.904 | 232.482 |
| Alíquota máxima | 34% | 34% |
| | (142.767) | (79.044) |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: | | |
| Exclusões (adições) permanentes, líquidas | 5.155 | 1.188 |
| Efeito do lucro da exploração nos créditos de IAA | 33.227 | 27.146 |
| Subvenções estaduais | 13.762 | 24.374 |
| Diferenças temporárias de derivativos de anos anteriores reconhecidos no exercício | | 75.455 |
| Prejuízos fiscais de períodos anteriores reconhecidos no exercício | 58.893 | 41.279 |
| Ressarcimento de tributos de exercícios anteriores | 23.430 | |
| Outros | (3.472) | 2.126 |
| Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido | 9.142 | 14.913 |
| Tributos no resultado | (2.629) | 107.437 |

No exercício findo em 31 de março de 2021, a diretoria finalizou suas análises referentes à apuração dos tributos sobre o lucro dos últimos exercícios sociais e, com o apoio de seus consultores tributários, bem como fundamentado em decisões favoráveis recentes relacionadas aos temas avaliados, reprocessou suas apurações para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2019, apurando créditos adicionais de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre derivativos no montante de R\$ 75.455. Esses créditos foram considerados como dedutíveis apenas no exercício social de 2021, considerando que a documentação suporte para demonstrar a utilização dessas operações como hedge econômico foram finalizadas apenas ao longo desse exercício e, nesse contexto, os documentos disponíveis nos anos anteriores não seriam aceitos pelas autoridades fiscais. Dessa forma, com base no ICPC 22, a diretoria considera que esses créditos são considerados como prováveis apenas no exercício social findo em 31 de março de 2021.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos fiscais diferidos apurados sobre os créditos indenizatórios (Nota 9) foram registrados considerando uma redução de 75% na alíquota do imposto de renda que, juntamente com a contribuição social, resulta na alíquota conjunta de 15,25%, tendo em vista que esses ganhos foram decorrentes da unidade que mantém o benefício fiscal do lucro operacional (Nota 2.4). A diretoria, amparada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a posição fiscal adotada será provavelmente aceita pelo fisco (probabilidade de aceitação > 50%).

28. Compromissos e obrigações

A Companhia e o Grupo estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir estão aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações contábeis:

Vendas

A Companhia e o Grupo possuem compromissos futuros de venda de açúcar no mercado externo que serão produzidas e entregues nas próximas safras. Os preços de venda não foram totalmente pré-fixados, portanto a Companhia está sujeita às oscilações de mercado. Em 31 de março de 2022, a Companhia e o Grupo possuem cobertura para a safra 2022/2023 (preços pré-fixados) para USD 269.819 mil (31 de março 2021: USD 244.717 mil) referentes às vendas futuras.

As quantidades a seguir estão apresentadas em toneladas (Controladora e Consolidado):

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--|------------------|--------------------|
| Quantidades acordadas no início do período - em toneladas | 2.131.389 | 2.723.011 |
| Quantidades contratadas durante o período - em toneladas | 1.175.111 | 445.000 |
| Quantidades canceladas durante o período - em toneladas | (150.557) | |
| Quantidades embarcadas durante o período - em toneladas | <u>(887.379)</u> | <u>(1.036.622)</u> |
| Compromissos futuros - quantidades a embarcar em toneladas | <u>2.268.564</u> | <u>2.131.389</u> |

Vencimentos

| | | |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Safra 2021/2022 - em toneladas | | 1.016.189 |
| Safra 2022/2023 - em toneladas | 983.564 | 765.200 |
| Safra 2023/2024 - em toneladas | 755.000 | 250.000 |
| Safra 2024/2025 - em toneladas | 380.000 | 100.000 |
| Safra 2025/2026 - em toneladas | 75.000 | |
| Safra 2026/2027 - em toneladas | <u>75.000</u> | |
| | <u>2.268.564</u> | <u>2.131.389</u> |

A receita desses contratos com clientes será reconhecida no ato da entrega física e / ou aceitação do cliente. Com base nos preços já fixados para a safra 2022/2023 (aproximadamente 84% desses contratos) e nos preços de mercado para as quantidades não fixadas para a safra 2022/2023, e para as safras seguintes com quantidades já comprometidas pela Companhia, a receita esperada é de R\$ 3.748.386. A expectativa da diretoria é que 51% dessas transações serão reconhecidas como receita durante o próximo exercício societário, 33% em 2023/2024, e os 16% restantes serão reconhecidos até 2024/2025.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na safra encerrada em 31 de março de 2022, o valor da receita de R\$ 1.149.775 refere-se a compromissos de vendas firmados do ano anterior (2021 – R\$ 1.639.957).

Contrato de fornecimento de energia

A Companhia possui contrato firmado com a Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), para fornecimento de energia elétrica gerada por sua Central Termelétrica de Biomassa, instalada no município de Coruripe (AL), pelo prazo de 20 anos e vigentes a partir de 2 de janeiro de 2006. Esse contrato apresenta valor global de R\$ 159.954, com preços de tarifas corrigíveis. No exercício findo em 31 de março de 2022, o valor de R\$ 8.378 refere-se a este contrato (2021 - R\$ 6.042) e a expectativa de receita deste contrato é de R\$ 48.979 sendo 24% para a safra 2022/2023, 76% para os demais anos.

Adicionalmente, possui ainda contratos para o fornecimento de energia elétrica das unidades localizadas em Minas Gerais, com os seguintes montantes em quantidade de MWh/ano e receita esperada:

Safra 2022/23 - 304.608 MWh com receita prevista de R\$ 67.197;
Safra 2023/24 - 291.648 MWh com receita prevista de R\$ 59.976;
Safra 2024/25 - 146.400 MWh com receita prevista de R\$ 35.428;
Safra 2025/26 - 87.840 MWh com receita prevista de R\$ 20.203.

(i) ADN Energia Comercializadora Ltda., com fornecimento de energia de 1º de abril de 2022 até 30 de novembro de 2022, no valor global de R\$ 2.625;

(ii) BP Comercializadora de Energia Ltda., com fornecimento de energia a partir de 1º de abril de 2022 até 30 de novembro de 2022, no valor global de R\$ 15.969;

(iii) EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda., com fornecimento de energia a partir de 1º de abril de 2022 até 30 de novembro de 2022, e um segundo contrato com fornecimento de 1º de abril de 2023 até 30 de novembro de 2023, um terceiro contrato com fornecimento de 1º de abril de 2024 até 30 de novembro de 2024 e um quarto contrato com fornecimento de 1º de abril de 2025 até 30 de novembro de 2025, no valor global de R\$ 83.611;

(iv) Focus Energia Ltda., com fornecimento de energia de 1º de abril de 2022 até 30 de novembro de 2022, e um segundo contrato com prazo de fornecimento de 1º de abril de 2023 até 30 de novembro de 2023, no valor global de R\$ 33.165;

(v) Simple Energy Comercializadora de Energia Ltda., com fornecimento de energia de 1º de abril de 2022 até 30 de novembro de 2022, no valor global de R\$ 13.225;

(vi) Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., com fornecimento de energia de 1º de abril de 2023 até 30 de novembro de 2023, no valor global de R\$ 11.419;

(vii) Santander, com fornecimento de energia de 1º de maio de 2023 até 30 de novembro de 2023, no valor global de R\$19.938;

Com exceção dos contratos firmados com a Eletrobrás, os demais contratos podem ser performados tanto pelas unidades operacionais da Companhia quanto de sua controlada Coruripe Energética S.A.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compras

A Companhia e o Grupo possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área. O montante a ser pago pela Companhia e o Grupo será determinado no final de cada safra de acordo com o valor das vendas efetuadas pela Companhia e pelo Grupo e, proporcionalmente, ao volume moído de cana-de-açúcar e ATR de cada compra.

Os compromissos de compra por safra, em toneladas, são como segue:

| <u>Safra</u> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Safra 2021/2022 | | 9.670.000 |
| Safra 2022/2023 | 8.750.000 | 9.670.000 |
| Safra 2023/2024 | 8.750.000 | 9.670.000 |
| Safra 2024/2025 | 8.750.000 | 48.350.000 |
| Safra 2025/2026 | 8.750.000 | |
| Safra 2026/2027 em diante | 43.750.000 | |
| | <u>78.750.000</u> | <u>77.360.000</u> |

Em 31 de março 2022 e 2021, a capacidade normal de moagem de cana-de-açúcar para a próxima safra, considerando todas as unidades da Companhia, é de 14.200 mil toneladas (informação não revisada).

Avais dados a fornecedores de cana-de-açúcar

A Companhia e o Grupo concedem avais em diversos financiamentos de seus fornecedores de cana-de-açúcar junto a instituições financeiras. O montante dos compromissos dessa natureza em 31 de março de 2022 soma R\$ 314.605 (31 de março de 2021 - R\$ 185.861), sendo que todos os avais dados têm como contrapartida para a Companhia a emissão de Cédulas de Produto Rural (cana-de-açúcar) equivalente dos produtores, penhor da cana e, em alguns casos, a própria terra do fornecedor, que garante qualquer não cumprimento das obrigações dos produtores avalizados.

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e o Grupo estão expostos a riscos de mercado, que incluem risco de taxa de câmbio, preço de commodities e volatilidade das taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que a gestão de risco é essencial para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição com base nos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco com base nos limites de exposição cambial e ao preço de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) projetar fluxos de caixa futuros e estabelecer limites de aprovação para contratação de instrumentos financeiros para precificação de produtos e proteção contra variação cambial e volatilidade de preços.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia, bem como para proteger passivos financeiros contra riscos de oscilação do preço do açúcar no mercado internacional e variação cambial. Não existem operações com instrumentos financeiros para fins especulativos.

Riscos de mercado

a) *Risco cambial*

A diretoria estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas no seu fluxo de caixa.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, *swaps* e NDFs. A política de gestão de risco financeiro da Companhia e do Grupo é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações e dívidas no horizonte de até 24 meses ou em duas safras.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (principalmente dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial (Controladora e Consolidado):

| | Nota | 2022 | | 2021 | |
|--------------------------------------|------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | R\$ | US\$ | R\$ | US\$ |
| Ativo | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 134.014 | 28.288 | 88.915 | 15.607 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 35.167 | 7.423 | 6.885 | 1.209 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 28 | | | 5.454 | 957 |
| | | <u>169.181</u> | <u>35.711</u> | <u>101.254</u> | <u>17.773</u> |
| Passivo | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | (1.981.497) | (418.258) | (1.522.260) | (267.204) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 28 | (21.606) | (4.561) | (8.141) | (1.429) |
| | | <u>(2.003.103)</u> | <u>(422.819)</u> | <u>(1.530.401)</u> | <u>(268.633)</u> |
| Exposição líquida | | <u>(1.833.922)</u> | <u>(387.108)</u> | <u>(1.429.147)</u> | <u>(250.860)</u> |

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2022 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 4,737 por US\$1,00 para os ativos e passivos (31 de março de 2021 - R\$ 5,697 por US\$1,00), representando uma desvalorização do dólar de 16,85% em relação ao ano anterior.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia e o Grupo estão expostos ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de março de 2022, 819.445 toneladas de açúcar (31 de março de 2021 - 916.143 toneladas de açúcar) estavam precificadas junto a parceiros comerciais com entrega prevista a partir de abril de 2022, com fixação em um preço médio de R\$ 14,96 ¢/lb (31 de março de 2021 - R\$12,12 ¢/lb) (centavos de dólar norte-americano por libra peso) com prêmio de POL incluso.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e o Grupo seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos prioritariamente indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia e o Grupo adotam como prática proteger parcialmente as dívidas dessa natureza através de instrumentos financeiros derivativos.

d) Análises de sensibilidade requeridas

São apresentadas informações qualitativas e quantitativas para instrumentos financeiros dentro e fora do balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, todos registrados pelo custo amortizado, em montantes que se aproximam dos valores justos em 31 de março de 2022 e 2021. A Companhia e o Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos que são registrados pelo valor justo por meio do resultado. Os principais riscos a que a Companhia está exposta são as suas operações atreladas à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do USD.

Os valores dos empréstimos aproximam-se dos valores de mercado. As aplicações financeiras vinculadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, de acordo com as cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras; o restante refere-se substancialmente a operações de CDB e compromissadas, que não diferem do valor de mercado.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos índices a que a Companhia e o Grupo estavam expostos em 31 de março de 2022 e 2021, foram definidos cenários diferentes para os mais recentes indicadores de taxas de juro e inflação acumulados nos últimos 12 meses (Cenário I), que foram acentuados por fatores de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). Para cada cenário, foi calculada a posição líquida (receita financeira menos custo financeiro), sem levar em consideração o efeito tributário. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2021 projetando um ano e verificando a sensibilidade da TLP, LIBOR, Selic, CDI e do Dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2022, o cenário provável considera uma taxa média ponderada anual de juros pós fixados dos empréstimos e financiamentos da Companhia e do Grupo de 14,56%, no cenário possível, a Companhia e o Grupo consideram uma variação dos empréstimos indexados ao CDI, de 11,65%, mesmo percentual de 11,65% para o cenário das aplicações financeiras também atreladas

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao CDI e 2,10% para os empréstimos atrelados ao LIBOR, ambos correspondentes ao acumulado realizado nos últimos 12 meses. Em ambos os casos foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50%. Os resultados dessa sensibilidade estão apresentados a seguir:

Sensibilidade da taxa de juros

| Instrumento/operação | Risco | Cenário provável | | Aumento | | Redução | |
|------------------------------|---------------|------------------|-----------------|----------------|----------------|--------------|--------------|
| | | Taxa | Valor | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Empréstimos e financiamentos | Alta do CDI | 11,65% | (8.484) | (2.121) | (4.242) | 2.121 | 4.242 |
| Empréstimos e financiamentos | Alta da Libor | 2,10% | (4.558) | (1.140) | (2.279) | 1.140 | 2.279 |
| Aplicações financeiras | Baixa do CDI | 11,65% | 1.111 | 278 | 556 | (278) | (556) |
| Resultado projetado | | | (11.931) | (2.983) | (5.966) | 2.983 | 5.966 |

O cenário provável considera a posição de 31 de março de 2022, os efeitos do estresse dos cenários em 25% e 50% são os seguintes:

Efeito de variações cambiais

| Instrumento/operação | Risco | Cenário provável | | Aumento | | Redução | |
|-------------------------------|----------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| | | Câmbio atual | Valor | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Empréstimos e financiamentos | Alta do dólar | 4,7375 | (1.981.497) | (495.374) | (990.749) | 495.374 | 990.749 |
| Caixa e equivalentes de caixa | Baixa do dólar | 4,7375 | 134.014 | 33.504 | 67.007 | (33.504) | (67.007) |
| Contas a receber de clientes | Baixa do dólar | 4,7375 | 35.167 | 8.792 | 17.584 | (8.792) | (17.584) |
| Resultado projetado | | | (1.812.316) | (453.079) | (906.158) | 453.079 | 906.158 |

Sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

| Instrumento/operação | Risco | Cenário provável | Aumento | | Redução | |
|------------------------------------|-------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | | | 25% | 50% | -25% | -50% |
| Risco de preço: | | | | | | |
| Contratos de futuros | | | | | | |
| Compromissos de compra e venda (*) | Alta do preço do açúcar | 1.530.343 | 1.912.929 | 1.530.342 | 1.147.757 | 765.172 |
| Risco de taxa de câmbio: | | | | | | |
| Contratos de futuros | | | | | | |
| Compromissos de compra e venda | Alta do dólar | (6.222) | (7.778) | (9.333) | 4.667 | 3.111 |
| Resultado projetado | | 1.524.121 | 1.905.151 | 1.521.009 | 1.152.424 | 768.283 |

(*) O quadro divulga o valor equivalente ao saldo a fixar de contratos existentes com base na bolsa de açúcar de NY e dólar em 31 de março de 2022, com variações somente sobre o saldo contratado e não fixado.

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Instrumentos financeiros derivativos

| | <u>Controladora e Consolidado</u> | |
|---|-----------------------------------|-------------|
| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
| Ativo circulante | | |
| Derivativos não designados como <i>hedges</i> | | |
| Contratos a termo de moeda estrangeira | | 5.454 |
| Passivo circulante | | |
| Derivativos não designados como <i>hedges</i> | | |
| Contratos a termo de moeda estrangeira | (21.606) | (8.141) |

Em 31 de março de 2022, os contratos a termo de moeda estrangeira não liquidados possuem faixa de vencimento de março de 2022 a março de 2023 (31 de março de 2021 - março de 2021 a março de 2022).

A Companhia e o Grupo utilizam operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa advindos das receitas com exportação denominadas em dólares norte-americanos e dos financiamentos de exportações, líquido dos demais fluxos de caixa também denominados em moeda estrangeira.

Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia e do Grupo é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas, como “*trading companies*”, grandes distribuidoras de combustíveis, distribuidoras de energia elétrica e grandes redes de supermercados.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre os créditos concedidos. A diretoria considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela diretoria da Companhia e do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes em montante superior ao já provisionado. A Companhia e o Grupo operam com derivativo de mercadorias no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. A Companhia e o Grupo operam derivativos de taxa de câmbio de commodities e em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento.

As operações de derivativos da Companhia e do Grupo em balcão não requerem margem em garantia.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é mitigado através da distribuição conservadora dos instrumentos utilizados, sempre lastreados pelo CDI (Notas 3 e 4). A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como Grau de Investimento pelas classificadoras internacionais de *rating*.

Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para diretoria do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia mantinha aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

| | Safra 2022/2023 | Safra 2023/2024 | Safra 2024/2025 | Safra 2025/2026 | Safra 2026/2027 em diante | Total |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------------------|------------------|
| 31 de março de 2022 | | | | | | |
| Fornecedores | 186.177 | | | | | 186.177 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.083.648 | 632.386 | 533.894 | 553.823 | 1.800.238 | 4.603.989 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 9.273 | 12.333 | | | | 21.606 |
| Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar | 300.638 | 283.485 | 255.400 | 233.503 | 3.321.752 | 4.394.778 |
| | <u>1.579.736</u> | <u>928.204</u> | <u>789.294</u> | <u>787.326</u> | <u>5.121.990</u> | <u>9.206.550</u> |
| | | | | | | |
| | Safra 2021/2022 | Safra 2022/2023 | Safra 2023/2024 | Safra 2024/2025 | Safra 2025/2026 em diante | Total |
| 31 de março de 2021 | | | | | | |
| Fornecedores | 250.876 | | | | | 250.876 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.148.959 | 646.201 | 500.432 | 1.088.563 | 266.428 | 3.650.583 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 8.141 | | | | | 8.141 |
| Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar | 80.242 | 65.273 | 117.346 | 97.299 | 2.821.584 | 3.181.743 |
| | <u>1.488.218</u> | <u>711.474</u> | <u>617.778</u> | <u>1.185.862</u> | <u>3.088.012</u> | <u>7.091.343</u> |

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos acionistas e garantias às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e o Grupo monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (incluindo saldos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraídos pelo montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira são assim demonstrados:

| | Nota | Consolidado | |
|--------------------------------------|-----------------|-------------|-----------|
| | | 2022 | 2021 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 3.322.845 | 3.095.172 |
| Arrendamento a pagar | 15 | 813.456 | 584.249 |
| Parcerias agrícolas a pagar | 15 | 574.513 | 320.715 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa | 3 | (676.180) | (349.001) |
| Menos: aplicações financeiras | 4 | (7.896) | (142.420) |
| Dívida líquida | (a) | 4.026.738 | 3.508.715 |
| Total do patrimônio líquido | (b) | 2.232.544 | 1.821.995 |
| Total do capital | (c) = (a) + (b) | 6.259.282 | 5.330.710 |
| Índice de alavancagem financeira - % | (a) / (c) | 64% | 66% |

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores são mensurados ao custo amortizado, que se aproxima de seu valor justo em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Quanto aos empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações contábeis devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estejam sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia e o Grupo contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a contratos cambiais a termo e *swaps*. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Em 31 de março de 2022 e 2021, não existiam diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado dos instrumentos financeiros, exceto os instrumentos financeiros derivativos já comentados anteriormente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e o Grupo utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 março de 2022 e 2021, a Companhia e o Grupo apresentam como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado os instrumentos financeiros derivativos, classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo.

30. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados referentes a danos materiais (quebras de máquinas, danos elétricos, incêndios, raios, explosões de qualquer natureza e implosões) para todo o estoque de açúcar e etanol e para as edificações, equipamentos, instalações e máquinas agrícolas das usinas instaladas no Nordeste e no Sudeste, além de riscos relacionados com responsabilidade civil, com cobertura total de R\$ 861.074 (31 de março de 2021: R\$ 804.948). Essa cobertura é considerada suficiente pela diretoria, segundo opinião de seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas (informação não revisada).

A Companhia espera renovar suas apólices de seguro e acredita que as coberturas são razoáveis em termos de valor e compatíveis.

31. Eventos subsequentes

Novo armazém de transbordo ferroviário em Iturama – MG.

Em 20 de maio de 2022, a Companhia iniciou os testes operacionais com cargas no novo armazém de transbordo ferroviário construído as margens da Ferrovia Norte/Sul, localizado em Iturama-MG, na extensão do pátio ao fundo da filial de Iturama. Os testes com carregamento do primeiro vagão no trem da Rumo e calibragem da balança foram realizados em 27 de maio e, a partir de 1º de junho de 2022, todas as operações de transbordo de açúcar VHP das filiais de Iturama e Carneirinho foram definitivamente direcionadas para o novo armazém de transbordo, em substituição ao terminal de Fernandópolis – SP, utilizado para essa operação anteriormente. A estratégia de investimento e logística com o novo terminal de transbordo gera ganhos logísticos expressivos para a Companhia.

Com a nova estratégia logística, o terminal do Grupo localizado em Fernandópolis- SP será alugado para a Rumo Logística que operacionalizará o terminal em outras atividades de transbordo para atender o agronegócio regional. A operação envolvendo os dois terminais de transbordo é estratégica para o Grupo, gerando eficiência nas operações e ganhos logísticos expressivos em suas operações.

* * *